

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO**

VERIDIANA PINHEIRO SIMONS BARBOSA

**GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS: PAVILHÃO DAS
CULTURAS BRASILEIRAS**

SÃO PAULO, 2015

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO**

VERIDIANA PINHEIRO SIMONS BARBOSA

**GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS: PAVILHÃO DAS
CULTURAS BRASILEIRAS**

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em
**GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS E
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS**, produzido sob
orientação do Prof. Roberto Coelho Barrerio Filho.

São Paulo, 2015

GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS: PAVILHÃO DAS CULTURAS BRASILEIRAS

Veridiana Pinheiro Simons Barbosa*

RESUMO

A gestão administrativa de equipamentos culturais públicos é um tema recorrente em debates atuais; a inexistência de projetos que persistem e ultrapassam mandatos pode ser considerada o grande problema enfrentado por estas instituições. Refletindo sobre este cenário, muitas instituições ligadas ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC), vêm resistindo à falta de recursos, como é o caso do Pavilhão das Culturas Brasileiras, que hoje tem seu destino incerto.

Palavras chave: Gestão; Administração pública; Pavilhão das Culturas Brasileiras; Museus.

*Veridiana Pinheiro Simons Barbosa é Bacharel em Educação Artística pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP (2007-2010).

ABSTRACT

The administrative management of public cultural spaces is a reoccurring theme in present debates, the inexistence of projects that remain and exceed mandates can be considered the greatest problem faced by institutions. Reflecting on this situation, many institutions linked to the Historical Patrimony Department (DPH), an organ of the Secretary of Culture of São Paulo (SMC), have come to resist the lack of resources, as in the case of the Pavilhão das Culturas Brasileiras, whose destiny is unsure.

Keywords: Management; Public cultural politics; Pavilhão das Culturas Brasileiras; Museums.

RESUMEN

La gestión administrativa de instalaciones culturales públicas es un tema recurrente en los debates actuales. La ausencia de proyectos que perduren y superen los mandatos políticos puede ser considerada el principal problema que estas instituciones enfrentan. Reflexionando sobre este escenario, muchas instituciones vinculadas al Departamento de Patrimonio Histórico (DPH), una agencia cultural del Municipio de Sao Paulo Cultura (SMC) siguen resistiendo a la escasez de recursos, como en el caso del “Pavilhão das Culturas Brasilieras”, que hoy tiene un futuro incierto.

Palabras clave: Gestión; La cultura política pública; Pavilhão das Culturas Brasileiras; Museos.

ABREVIATURAS

DPH – Departamento de Patrimônio Histórico

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCSP – Museu da Cidade de São Paulo

MinC – Ministério da Cultura

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Pavilhão Engenheiro Armando de Arruda Pereira, o Pavilhão das Culturas Brasileiras	11
3. Administração pública em equipamentos culturais	16
Gestão: Carlos Augusto Calil	17
Gestão: Juca Ferreria	19
Gestão: Nabil Bonduki	21
4. Considerações finais	23
Referências bibliográficas	25
Anexos	
Anexo I Diário Oficial da Cidade de São Paulo - 1º de dezembro de 2007	30
Anexo II Gestão e Resumo da instituição	31
Anexo III Linha do tempo	35
Anexo IV Folder da exposição <i>Puras misturas</i>	36

1. Introdução

Teve, simultaneamente, de fazer o difícil aprendizado das tarefas burocráticas e administrativas, lutando contra elas por serem rotineiras, vagarosas diante do ritmo e do tempo culturais, baseadas no segredo do cargo e na hierarquia do mando. Precisou aprender a lidar com tradições do clientelismo, do favor, do corporativismo interno e externo à SMC. Precisou aprender a trabalhar colegiadamente, procurando integrar projetos e programas, a planejar em conjunto orçamentos, execuções orçamentárias, prestações de contas e prazos. Precisou passar continuamente pelo exercício da auto-avaliação para captar onde, como e por que a Cidadania Cultural se realizava com sucesso e onde, como e por que era mal-sucedida. Alguns se foram, outros vieram e uma parte permaneceu durante os quatro anos de gestão. (CHAUI, 2006, p. 73)

O trecho acima é de autoria de Marilena Chaui¹, retirado do texto “Cidadania Cultural – Relato de uma experiência institucional”, narrando sua experiência na Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo (SMC) entre os anos de 1989 e 1992. Apesar de ser um texto relativamente antigo, os problemas na gestão administrativa de equipamentos culturais públicos e a falta de continuidade nos projetos persistem até os dias atuais.

Considerando esta problemática, o presente artigo pretende analisar o Pavilhão das Culturas Brasileiras – equipamento cultural ligado ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão da SMC e administrado pelo Museu da Cidade de São Paulo (MCSP), também está ligado ao DPH e conseqüentemente a SMC – desde sua concepção, em 2008, até a atualidade, discutindo a eficácia da gestão pública nas instituições museológicas.

Uma série de fatores, em sete anos, modificou a trajetória aguardada durante um processo de criação de um novo museu: concepção, implantação e manutenção. Segundo o “Manual de subsídio para a criação de museus municipais” elaborado pelo Ministério da Cultura (Minc) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) de 2009, comenta-se, de forma simplificada, os procedimentos/documentação recomendável para a criação de um museu.

Todo museu deve ter base legal. Para o seu melhor funcionamento, recomenda-se o atendimento dos seguintes itens:

1. decreto, lei, portaria, ata ou outro diploma legal que registre a criação do museu;
2. documento que defina seu estatuto jurídico e sua natureza administrativa;
3. regimento interno, no qual serão estabelecidos: propósitos, objetivos, política institucional, papel e composição da diretoria, assim como formas de manutenção;
4. organograma;

¹ Marilena de Souza Chaui (São Paulo, 1941) é professora de filosofia, historiadora de filosofia brasileira, professora titular de filosofia política e história da filosofia moderna da FFLCH-USP, onde leciona desde 1967. Foi secretária municipal de Cultura de São Paulo de 1989 a 1992, durante a administração de Luiza Erundina (1988-1992).

5. Plano Museológico (compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento);
6. local de instalação do museu, seja ele virtual ou físico, permanente ou temporário, nômade ou enraizado no território, ou mesmo reunindo e combinando diferentes possibilidades;
7. plano de ocupação dos espaços (salas de exposição, reserva técnica, salas administrativas, espaço de ação educativa e cultural, espaços de serviços, espaços de circulação, sala de segurança, outros espaços); e,
8. quando for o caso, identificação de percursos e roteiros no território de atuação do museu. (CHAGAS; NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p. 14)

Analisando os requisitos citados e as informações encontradas na única publicação do museu, “Pavilhão das Culturas Brasileiras: Puras misturas”, a instituição é um museu dedicado às artes populares brasileiras com o acervo Rossini Tavares de Lima e outros acervos municipais espalhados pela cidade (Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade até agora no Centro Cultural São Paulo, peças de Vitalino, da Biblioteca Mário de Andrade, e obras de arte indígena do Museu da Cidade de São Paulo) com sede no Pavilhão Engenheiro Armando de Arruda Pereira, situado no Parque do Ibirapuera.

Quanto aos recursos materiais, serão provenientes da Prefeitura de São Paulo, como é destacado no trecho: “No caso em pauta, recomendamos que a prefeitura se responsabilize por todo o custo fixo do museu, dentro de uma programação previamente traçada e aprovada pelo poder público.” (BORGES; BARRETO, 2010, p.114). Mais adiante, considerando a estrutura jurídica pensada para o museu, comenta-se sobre as políticas públicas que serão definidas e adotadas pelos dirigentes municipais da cultura e a gestão escolhida pela administração pública, pelas quais “devem-se garantir formas democráticas e eficazes de controle público sobre os procedimentos dos gestores do museu, bem como todo o conteúdo de suas ações e sobre o acervo em si.” (Ibidem, p.114).

Por um curto período o museu começou a sair do papel – projeto arquitetônico assinado por Pedro Mendes da Rocha, reforma do prédio, restauração e catalogação completa do acervo –, porém o projeto não caminhou, em razão das sucessivas mudanças na gestão da SMC, e, assim, o Pavilhão das Culturas Brasileiras tem suas atividades (exposições) suspensas em 2013.

O Pavilhão foi concebido durante a gestão de Carlos Augusto Calil² na SMC (2005-2012), passou pela de Juca Ferreira³ (2013-2014) e agora por Nabil Bonduki⁴, que assumiu o

² Carlos Augusto Machado Calil (São Paulo, 1951) é cineasta, crítico e ensaísta, professor do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA-USP. Foi diretor da Embrafilme de 1979 a 1986 e organizou a Cinemateca

cargo de secretário no início de 2015. Além das gestões da SMC, o Pavilhão é de responsabilidade administrativa do MCSP, extraoficialmente até 2012 durante o comando de Regina Ponte⁵, que administrava também a OCA e o Centro de Memória do Circo, e é sob sua direção que o MCSP passa a concentrar a gerência de outros equipamentos culturais não vinculados formalmente ao MCSP. Em 2013, com a reestruturação do MCSP, o Pavilhão se torna oficialmente responsabilidade administrativa do museu, sob direção de Afonso Luz⁶, que deixou o cargo em agosto de 2015, e atualmente é gerido por Beatriz Cavalcanti de Arruda⁷.

Como aponta Rubim, no texto “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições”, a história das políticas culturais brasileiras pode ser caracterizada por três palavras: ausência, autoritarismos e instabilidade. A alta rotatividade de gestores e uma série de outros acontecimentos – que serão analisados no decorrer do artigo – nos mostram o quanto o museu e sua coleção vêm sendo prejudicados. Vale ressaltar que a instituição foi investigada considerando alguns aspectos: a perspectiva sob a qual foi gerada, como foram previstos seus conceitos (missão e objetivos) e suas estruturas (prédio, estrutura jurídica, recursos humanos e materiais) e como seguiu seu desenvolvimento por meio das políticas públicas adotadas pelos gestores (SMC e MCSP) durante estes sete anos.

O desenvolvimento do museu durante as gestões é um aspecto importante que objetiva-se discutir, a falta de continuidade dos projetos iniciados em determinada gestão que

em 1987 junto com Paulo Emílio Salles Gomes. Em 2005, assumiu a Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, atuando até 2013.

³ João Luiz Silva Ferreira (Salvador, 1949) é sociólogo e político. Trabalhou como assessor especial da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) e desenvolveu diversos projetos na área cultural. Foi eleito duas vezes vereador do município de Salvador (1993-1996 e 2000-2004). De 2003 a julho de 2008 assumiu o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Cultura. Já em agosto de 2008, é nomeado para o cargo de Ministro da Cultura, onde ficou até 2010. Nos anos 2013 e 2014, foi Secretário Municipal de Cultura de São Paulo. Em 2015, volta a ser nomeado Ministro da Cultura no mandato da presidenta Dilma Rousseff.

⁴ Nabil Bonduki (São Paulo, 1955) é arquiteto e urbanista, professor titular do Departamento de Planejamento da FAU-USP. Durante o governo de Luiza Erundina 1989-1992 foi superintendente de habitação popular da prefeitura de São Paulo e vereador (2001 e 2004). Entre os anos de 2011 e 2012, atuou como Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente. Eleito novamente vereador em 2012, foi o relator do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014). Assumiu a SMC de São Paulo no início de 2015.

⁵ Regina Celia Pousa Ponte possui graduação em artes plásticas e filosofia. Atuou no DPH, em sua área administrativa, a partir de 2005, coordenando as contratações de projetos culturais, tais como: Pavilhão das Culturas Brasileiras (2007), Centro de Memória do Circo (2009) e a locação e programação da OCA (2010).

⁶ Afonso Henrique Martins Luz é crítico de arte e pesquisador nas áreas de estética e história da arte. Atuou como consultor do programa Monumenta – IPHAN/BID/UNESCO para Economia da Cultura, Artes Visuais e Crítica Cultural. Foi assessor no Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil e coordenou o Programa “Cultura e Pensamento”. Em abril de 2013, foi nomeado diretor do MCSP. E em outubro passa a assumir também do o Departamento do Arquivo Histórico de São Paulo, deixou o cargo em agosto de 2015.

⁷ Beatriz Cavalcanti de Arruda é historiadora, museóloga, bacharela (FFLCH) e licenciada (FEUSP) em história; especialista (CEMMAE) e mestre em museologia pela Universidade de São Paulo com a dissertação “O Museu da Cidade de São Paulo e seu Acervo Arquitetônico” (2014). De 2009 até agosto de 2015 integrou a equipe de Projetos Especiais e Produção de Exposições do Museu de Arte Contemporânea da USP. Ainda em agosto é nomeada diretora do MCSP.

não continuaram ou não são o foco na gestão seguinte. Sabe-se que quando se refere a administração de equipamentos públicos de qualquer natureza, remete-se também a sucessivas mudanças nos planejamentos, alterações ou até mesmo interrupções dos projetos já iniciados.

No discurso presente no cotidiano de ministérios, fundações, secretarias, autarquias e empresas públicas, e por vezes reforçado pela imprensa, quando há troca de governo, a descontinuidade administrativa é dada como fato.

Isso se traduziria na interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras, mudanças radicais de prioridades e engavetamento de planos futuros, sempre em função de um viés político, desprezando-se considerações sobre possíveis qualidades ou méritos que tenham as ações descontinuadas. Como consequência, tem-se o desperdício de recursos públicos, a perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições. (NOGUEIRA, 2006, p. 13)

Para o aprofundamento deste cenário, o artigo terá como apoio para sua estruturação as informações recolhidas durante o tempo de pesquisa com foco no Pavilhão das Culturas Brasileiras, SMC, DPH, MCSP e, é evidente, seus respectivos gestores. Constituem fontes de estudo: a publicação da instituição; dados coletados em seus sites⁸; artigos publicados na mídia sobre a instituição e entrevistas/declarações dos gestores. Também foi realizado levantamento de grande parte dos decretos e leis que cercam a constituição deste museu e que resultaram na elaboração de uma linha do tempo, este recurso de total importância para entendimento da instituição como um todo e para a compreensão de todos os episódios que atravessam a história conturbada deste museu.

⁸ O Pavilhão das Culturas Brasileiras tem duas páginas oficiais. A primeira dentro do site da Prefeitura de São Paulo e a segunda no site do Museu da Cidade de São Paulo.

2. Pavilhão Engenheiro Armando de Arruda Pereira, o Pavilhão das Culturas Brasileiras

Mário de Andrade ficaria chocado com o que foi feito do Museu do Folclore, criação do escritor e do discípulo Rossini Tavares de Lima. Instalado desde 1999 na Casa Sertanista, no Caxingui, zona oeste, o museu, que antes ficava na Oca do Ibirapuera, já perdeu quase metade do acervo de 30 mil peças relacionadas ao folclore do País por conta da umidade, depredações e más condições de exposição, além de danos causados na mudança. O que sobrou corre o risco de desaparecer.” (ASSUNÇÃO, 2004, p.37)

Por pouco, um importante acervo não continuou desaparecendo, o trecho acima é parte do artigo “Um museu está desaparecendo em São Paulo”, de autoria de Moacir Assunção e publicado no *O Estado de São Paulo* em 27 de junho de 2004, no qual o jornalista denuncia a ausência do poder público na manutenção do acervo do Museu do Folclore. Sabe-se que esta é a primeira notícia na grande mídia sobre as más condições de conservação deste acervo que é a principal coleção do museu Pavilhão das Culturas Brasileiras (a coleção encontrava-se desde o final dos anos 1990 na Casa Sertanista). O artigo de Assunção e outra notícia publicada no *Jornal da Tarde* impulsionam a proposta de uma ação cautelar com pedido de liminar realizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da municipalidade de São Paulo, para a preservação do acervo do Museu do Folclore – catalogação e restauração – e sua transferência da Casa Sertanista (REIS, 2014, p.14). A ação foi registrada no dia 28 de junho de 2004 e integra o processo de nº 2004-0.208.101-0 do Sistema Municipal de Processos.

Na época, em 2004, Nelson Somma Júnior (coordenador do DPH) fez uma declaração reportada no artigo de Assunção, informando que as Secretarias Municipal e Estadual de Cultura procuravam soluções: “há possibilidades de o museu ser transferido para um prédio no Município no Bom Retiro, que tem condições bem melhores para receber o acervo” (ASSUNÇÃO, 2004, p.3727).

Mas apenas em 2007 vem uma resposta oficial a esta ação: a Prefeitura de São Paulo, na pessoa do secretário municipal de Cultura, Augusto Calil, estabelece a contratação de Adélia Borges⁹, por meio de sua empresa Borges Comunicação Ltda., para confecção de pré-projeto de uso cultural do Pavilhão Armando Arruda Pereira – Parque do Ibirapuera, processo

⁹ Adélia Borges (1951) possui graduação em jornalismo pela ECA-USP. Atuou na área de imprensa e na editorial. Foi diretora do Museu da Casa Brasileira de 2003 a 2007. Também foi professora de história do *design* na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) de 1998 a 2013 e atualmente leciona na Escola São Paulo.

nº 2007-0.326.469-5, no dia 1º de dezembro de 2007 conforme Diário Oficial da Cidade de São Paulo. “Objetivando a concepção de pré-projeto de uso cultural do Edifício Armando Arruda Pereira – Parque do Ibirapuera, tendo em vista a ideia de instituição museológica voltada para as culturas populares, conforme requisição” (texto integral, ver Anexo I). O pré-projeto foi entregue e protocolado em janeiro de 2008 e integra o processo nº 2004-0.208.101-0, o mesmo da ação do Ministério Público.

Por esta contratação, observa-se que a prefeitura propõe a concepção de um novo museu para abrigar a coleção do Museu do Folclore no edifício do Pavilhão Armando Arruda Pereira, no Parque do Ibirapuera, que até 2006 era a antiga sede da Prodam (Companhia de Processamento de Dados do Município). A Prodam ocupou o espaço de 11 mil m² desde o início dos anos 1970 e fez diversas alterações no prédio, descaracterizando-o quanto ao projeto original.

Para a concepção do museu, Adélia Borges contou com a consultoria de Cristiana Barreto, Marcelo Manzatti e Maria Lúcia Montes¹⁰. O projeto deveria ir além do acervo Rossini Tavares de Lima e desta forma é proposto: o espaço abrigará também a coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade, que até o momento encontra-se no Centro Cultural São Paulo, peças de Vitalino da Biblioteca Mário de Andrade, e obras de arte indígena do MCSP.

De acordo com artigo “Novo museu em prédio da Prodam”, de autoria de Camila Molina, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 12 de junho de 2008 – que se encontra também no site da Prefeitura¹¹ – o pré-projeto começa a sair do papel e caminhar, com nome provisório de “A mão do Povo e sua casa”. A criação do museu foi impulsionada pela coleção Rossini Tavares de Lima, como é evidenciado no trecho seguinte.

A base para a concepção do Museu A Mão do Povo foi o acervo do Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima, coleção que pertence à Prefeitura e que reúne cerca de 3.800 objetos e obras, mais de 2 mil fotos; registros sonoros; e instrumentos musicais. Essa coleção começou a ser feita em 1947, por meio da coordenação do professor Rossini Tavares de Lima, para figurar em museu dentro do Centro de Pesquisas Folclóricas, do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. A iniciativa, com força de Ciccillo Matarazzo, se efetivou com mais ênfase em 1953, com coleta de obras para a realização da Exposição Interamericana de Artes e Técnicas Populares, aberta em 1954 como parte dos festejos do 4º Centenário de São Paulo - depois, ainda, foram ainda sendo adquiridas peças para o acervo até a década de 1970. (MOLINA, 2008)

¹⁰ Para informações sobre os colaboradores, consultar publicação da instituição.

¹¹ Artigo de Camila Molina publicado no site da Prefeitura de São Paulo (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/imprensa/index.php?p=4675>).

Em 2010 é inaugurada a exposição *Puras misturas*, que marca o início da instituição e sua apresentação ao público; é lançada conjuntamente uma publicação, a única oficial, denominada “Pavilhão das culturas Brasileiras: Puras misturas”, de autoria de Adélia Borges e Cristiana Barreto. É neste material que encontramos dados fundamentais para entender o projeto da instituição; na primeira parte deparamos com um resumo do projeto – com todas as informações sobre o novo museu –, elaborado pela Borges Comunicação e entregue à SMC. Esta etapa está dividida nos seguintes capítulos: O edifício; A proposta da instituição; Por que um museu com esta temática?; Acervos; Exposições; Pesquisa/Centro de Referência; Ação cultural; Educação; Comunicação; Gestão; Serviços; Programa Arquitetônico; e A nova instituição em síntese. Ao longo deles entendemos o caminho percorrido desde sua ideia inicial até sua primeira exposição, e assim entende-se o pensamento de Adélia e sua equipe na constituição deste museu.

Entre tantos temas que poderiam ser escolhidos para mais uma instituição a ser instalada no Parque do Ibirapuera, por que a escolha deveria recair sobre as culturas do povo e o diálogo entre suas culturas? Qual significado de fazer uma instituição desta natureza em São Paulo, Brasil, na primeira década do século 21?

Basicamente, por que pensamos que uma instituição que fortaleça e incentive nossas identidades culturais pode ter um papel importante na consolidação e fortalecimento democráticos. Talvez só agora a cidade, o estado e o país estejam suficientemente maduros para um museu desse tipo, que já foi sonhado por percursores como Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Lina Bo Bardi, Aloisio Magalhães, Darcy Ribeiro e tantos outros. (BORGES; BARRETO, 2010, p.25)

Na publicação também temos acesso a questões relacionadas a missão, valores, objetivos, recursos humanos, recursos materiais e estrutura jurídica (ver Anexo II). Como podemos observar nos trechos destacados a seguir.

- *Missão*

Pesquisar, registrar, salvaguardar e difundir a diversidade cultural brasileira, contribuindo para o diálogo entre diferentes culturas e para o reconhecimento do valor do patrimônio material e imaterial das culturas do povo (Ibidem, p.127)

- *Recursos humanos*

É preciso implantar na equipe do novo museu uma cultura organizacional em que o fluxo de informações entre os diferentes setores esteja bem azeitado, de forma a garantir que todos remem o barco para o mesmo lado, a partir de uma noção precisa da atribuição de cada núcleo e de cada funcionário e a partir da compreensão não só de interdependência entre os diversos setores como também do objetivo comum que deverá ser alcançado.

Diretoria	Núcleo de Ação Cultural	Técnico de gravação (som e vídeo)
Diretor-geral	Coordenador	
Diretor-técnico	Assistente (s) de produção	
Diretor-administrativo/financeiro	Núcleo de Exposições	Núcleo de Administração
Secretária	Coordenador	Coordenador
Assessoria de comunicação	Montadores (com capacitação para manuseio de acervo)	Chefe de recursos humanos
Núcleo de Museologia	Assistentes de serviços gerais (pintura, marcenaria e serralheria)	Zelador
Coordenador		Assistentes
Restaurador		Assessor de captação e fomento
Conservador		Assessoria jurídica
Assistente encarregado dos processos de tombamento	Núcleo de Pesquisa/ Centro de Referência	Manutenção de informática
Assistente encarregado do registro e inventariação	Coordenador	Segurança/vigilância/monitoramento eletrônico
	Pesquisadores	Recepcionistas de sala
	Bibliotecários	Motoboy
Núcleo de Educação	Coordenador editorial	Limpeza
Coordenador	Designer gráfico	Contabilidade
Educadores	Designer de computação	Auditoria
Secretária (agendamento)	Fotógrafo	

(Ibidem, p.113)

- *Recursos materiais*

é preciso definir as formas de sustentação da instituição, tanto por verbas estatais quanto por eventuais parcerias com a iniciativa privada. No que se refere aos recursos públicos é vital atentar ao fato de que os museus têm tido um papel cada vez mais relevante nas sociedades contemporâneas [...].

No caso em pauta, recomendamos que a prefeitura se responsabilize por todo o custo fixo do museu, dentro de uma programação previamente traçada e aprovada pelo poder público. Isso permitirá que os recursos oriundos de fontes privadas somem, e não substituam os públicos, condições condição necessária para que a instituição não se curve aos interesses mercadológicos dos patrocinadores em detrimento de uma ação cultural séria e coerente em detrimento da função social da cultura. (Ibidem, p.114)

- *Estrutura jurídica*

cabe, contudo, reiterar, que qualquer que seja a forma de gestão escolhida pela administração pública, devem-se garantir forma democráticas e eficazes de controle público sobre os procedimentos dos gestores do museu, bem como sobre o conteúdo de suas ações e sobre o acervo em si [...].

Cabe lembrar ainda que a estrutura jurídico-administrativa deve permitir a agilidade e a eficácia dos procedimentos gerenciais. (Ibidem, p.114).

Considerando a estrutura sugerida na publicação, presume-se que a instituição caminhou, porém, como já se sabe, infelizmente não foi o que aconteceu: o museu funcionou de 2010 a agosto de 2013. Neste período, a instituição recebeu algumas exposições temporárias, passou por partes da reforma predial para sua adaptação ao uso museológico e catalogação e preservação do acervo. Em 2010, além da exposição de inauguração, o pavilhão também ofereceu ao público a exposição *Transfer: arte urbana em evidência*, em parceria com o Instituto Santander. Em 2011, outras três foram realizadas: *Autoria compartilhada*, *Novas aquisições* e *Rio São Francisco navegado por Ronaldo Fraga: Cultura popular, moda e história*. E entre os anos de 2011 e 2012 foram realizadas as exposições: *ArteFatos indígenas*, *Design da periferia* e *Ibirá: Flora*. Informações sobre todas as exposições realizadas encontram-se na página do Pavilhão dentro do site da prefeitura¹².

No ano seguinte, agosto de 2013, devido à necessidade de finalizar a reforma predial conforme o projeto arquitetônico, a SMC suspende a programação do museu. Entretanto em dezembro do mesmo ano é divulgado na imprensa que o Pavilhão passaria a ser um centro de cultural português, o que suscitou uma carta redigida por Adélia Borges e por integrantes da sociedade civil, encaminhada a então Ministra da Cultura Marta Suplicy e ao secretário da Cultura de São Paulo, que optam por não prosseguir com o projeto de desabrigar o museu de seu prédio (REIS, 2014, p. 16).

Esta instituição e museu homenageia a extraordinária inventividade e criatividade do povo brasileiro e todos aqueles que trabalham por sua difusão e fortalecimento, tais como Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Aloisio Magalhães, Lina Bo Bardi, Darcy Ribeiro e Rossini Tavares de Lima. (BORGES; BARRETO, 2010, p.127)

¹² Informações completas sobre as exposições estão disponíveis no endereço: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/culturas_brasileiras/exposicoes/index.php?p=13308

3. Administração pública em equipamentos culturais

Neste capítulo serão estudadas as gestões que passaram pelo Pavilhão das Culturas Brasileiras a partir das medidas implementadas no museu, a fim de compreender o quanto estas contribuíram positiva ou negativamente para o desenvolvimento da instituição, averiguando todas as mudanças de cada gestão (ver Anexo III).

Para entender a administração pública em equipamentos culturais, faz-se necessário apreender um breve conceito de política pública, pois somente por meio das políticas públicas adotadas pela gestão vigente conseguimos compreender como se deu a administração no museu. Para William I. Jenkins, cientista político, políticas públicas são:

um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator (ou grupo de atores) político(s) em relação à seleção de objetivos e os meios para alcançá-los numa situação específica em que tais decisões deveriam, em princípio, estar ao alcance do poder de tais atores em consegui-las. (*apud* HOWLETT e RAMESH, 1995, p. 5, tradução nossa, *apud* NOGUEIRA, 2006).

Acompanhando este pensamento, dirijo-o para o texto de Lia Calabre, “Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas”, no qual a autora apresenta uma cronologia das políticas culturais no país. Segundo Calabre, as políticas públicas voltadas exclusivamente para a área cultural ainda são um campo em construção, e tal área cultural vem se desenvolvendo a cada dia, entretanto ela ainda é vista por muitos, de maneira limitada, como um evento isolado, o que amplia a dificuldade de compreensão que todo processo de gestão, independentemente da área, requer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados.

Um dos grandes desafios de gestão pública de cultura na avaliação das ações implementadas tem relação com os objetivos e à multiplicidade de efeitos buscados ou por ele alcançados. As ações públicas têm que demonstrar minimamente coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática. Não existe relação direta de causa e efeito no campo de ação cultural, o que torna complexa a avaliação. Parte das ações interagem com o campo das mentalidades, das práticas culturais enraizadas, necessitando de um tempo mais longo para gerarem resultados visíveis. Nesse caso o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e trabalho. (CALABRE, 2007, p. 100)

Nos itens a seguir, serão apresentados todos os eventos que aconteceram em cada gestão.

a. Gestão Carlos Augusto Calil

O Pavilhão das Culturas Brasileiras foi concebido na metade da gestão de Carlos Augusto Calil na SMC (2005-2012).

Como abordado anteriormente, a ideia do museu surge da necessidade da prefeitura, pressionada pela ação cautelar do Ministério Público do Estado de São Paulo, de assistir à coleção do Museu do Folclore (Acervo Rossini Tavares de Lima), indo, contudo, mais além da coleção. De acordo com Calil, em reportagem publicada pelo jornal *A Folha de São Paulo* em 05 de abril de 2009, “Criar um outro Museu do Folclore não seria o caso. A gente parte dessas coleções e cria um vetor de expansão, que vai discutir o traço brasileiro, não interessando se é rural, urbano, espontâneo, erudito”.

No mesmo ano, são publicadas as metas da prefeitura até 2012; de acordo com as informações retiradas do *O Estado de São Paulo* do dia 27 de março de 2009, a implantação do Pavilhão aparece na categoria Incentivo à produção cultural e à interação criativa. Em abril de 2010, Calil faz uma apresentação do pavilhão ao público, na exposição *Puras misturas* (ver Anexo IV), com curadoria de Adélia Borges. A mostra inaugurada em 11 de abril de 2010, porém há um alerta:

Nós estamos anunciando o Pavilhão, não estamos inaugurando-o ainda. Estamos inaugurando uma exposição, Puras Misturas, que anuncia seu projeto e seu conceito original. Ele ainda vai demorar porque até conseguir reformar aquele prédio enorme, vai ser no mínimo um ano e meio. (CALIL, 9 de abril de 2010, em artigo publicado por Camila Molina no Jornal *O Estado de São Paulo*)

No mês seguinte, de acordo com o decreto de lei sobre a reorganização do DPH (Decreto nº 51.478 de 11 de maio de 2010), entendemos que o Pavilhão das Culturas Brasileira é uma unidade vinculada a este departamento e conhecemos suas competências.

Art. 17. O Pavilhão das Culturas Brasileiras, sediado no Parque do Ibirapuera, no Pavilhão Engenheiro Armando de Arruda Pereira, tem as seguintes atribuições:

I - conservar, restaurar, catalogar e divulgar o acervo do antigo Museu do Folclore, criado pelo Professor Rossini Tavares de Lima, e do conjunto de manifestações culturais conhecido como Missão de Pesquisas Folclóricas, produzido pelo antigo Departamento de Cultura, da Prefeitura do Município de São Paulo, em 1938;

II - localizar, recolher, identificar, catalogar e divulgar manifestações culturais espontâneas, materiais ou imateriais, saberes tradicionais, sem restrição às expressões artísticas e culturais de domínio popular contemporâneas;

III - investigar a formação e permanência do gesto criador dos artistas e artesãos brasileiros, promovendo a comparação entre manifestações eruditas e espontâneas, pesquisando sua linha evolutiva, sua mútua referência com a contemporaneidade, com vistas a traçar um inventário de formas, atitudes, técnicas e

estruturas que possam identificar contribuição brasileira ao repertório da arte universal. (Decreto nº 51.478 de 11 de maio de 2010)

Portanto, entende-se que este local passa a ser, juridicamente, mais um espaço na cidade para a promoção das culturas populares, porém as últimas atividades promovidas no Pavilhão não condizem com sua real missão de instituição cultural. Os museus, hoje, são considerados pontos de inserção da arte com o público, do conhecimento e fruição, constituem um segmento em prol de uma cultura viva, são células sociais (MARCO, 2009). Atualmente, contudo, o espaço do museu vem sendo locado e utilizado em feiras e eventos particulares.

Tanto as competências do Pavilhão apresentadas no decreto como a missão da instituição conhecida da publicação estão de acordo com a definição do que seja museu, encontrada no Guia dos Museus Brasileiros de 2011 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em parceria com Ministério da Cultura. O conceito apresentado foi formulado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e caracteriza uma instituição museológica pelos seguintes aspectos:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

- I- o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas manifestações;
- II- a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de proporcionar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimento e oportunidades de lazer;
- III- a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;
- IV- a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;
- V- a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;
- VI- a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (IBRAM, 2011)

Em 2011 a Lei nº 15.380, de 27 de maio, transfere oficialmente o acervo relativo à Missão de Pesquisas Folclóricas, referido no inciso I do art. 17 do Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010, para o Pavilhão das Culturas Brasileiras do DPH.

Ao final de sua gestão, Calil, após oito anos na SMC, concede uma entrevista a Maria Eugênia de Menezes e Ubiratan Brasil, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 15 de

dezembro de 2012, na qual faz uma avaliação de sua gestão e declara: “Para lidar com cultura não é preciso só sensibilidade, mas saber administrar”. Entre suas ações de maior destaque, estão a restauração do Theatro Municipal e da Biblioteca Mário de Andrade, reforma de teatros, casas históricas e 41 bibliotecas, além da Virada Cultural. Em andamento Calil deixou: Praça das Artes, Torre da Memória Paulistana (espaço que irá abrigar documentos históricos da cidade espalhados em diversas instituições da Prefeitura), Teatro Arthur Azevedo (construção de edifício anexo para cursos de pirotecnia), Casa do Sertanista (restauração e conservação da cobertura), Praça da Casa do Bandeirante (intervenção paisagística e reforma do Rancho do Moinho).

A reportagem não comenta sobre o Pavilhão das Culturas Brasileiras. E até o momento em que este artigo foi finalizado não foram encontradas declarações de Calil, ao final de sua gestão, avaliando a concepção e implantação do novo museu.

b. Gestão Juca Ferreira

Juca Ferreira assume a SMC no início de 2013 e em 02 de fevereiro concede entrevista a Jotabê Medeiros, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, na qual comenta os desafios e planos para a cidade de São Paulo.

Aquí, primeiro, eu encontro um ambiente bem mais favorável. Existem ausências, necessidade de mudanças em muitos aspectos, mas também muita coisa boa, positiva, da gestão anterior, de Carlos Augusto Calil, mas também das gestões da Marta (Suplicy) e da Erundina. Eu pretendo mobilizar a área artística para modificar as leis de fomento, mas há leis de fomento que cumprem papel importante, como a Lei do Teatro. A secretaria tem em torno de 200 equipamentos, entre bibliotecas, teatros. O Calil investiu muito em dar um trato, melhorar as obras, construiu a Praça das Artes, está em construção o Centro Cultural de Cidade Tiradentes. Tudo isso cria um compromisso inevitável de, para quem chega, dar continuidade. (FERREIRA, 2013)

Sabendo que o desafio na cidade de São Paulo era enorme, Juca quis garantir maior igualdade no acesso à cultura.

É, isso dá para ver no mapa dos equipamentos culturais públicos, estão muito concentrados. Isso aí é uma grande tarefa, garantir uma maior equidade no acesso à cultura, na realização do direito cultural de acesso pleno. O Estado tem obrigação de dispor os meios para que qualquer pessoa tenha acesso pleno à cultura. Se o Estado não faz isso, as pessoas dependem do poder aquisitivo, do crivo do mercado, e isso gera uma desigualdade profunda, uma impossibilidade de consolidar essa inclusão que o Brasil está vivendo. (Ibidem, 2013)

É durante a gestão Juca que ocorre a reestruturação do MCSP e a substituição da diretora Regina Ponte, para o cargo de diretor da instituição, convoca o filósofo Afonso Luz

e, com isso, um novo projeto para MCSP, e o Arquivo Histórico de São Paulo em 2014 é apresentado ao secretário da Cultura.

O projeto propõe a criação de um novo departamento, independente do DPH, que incluirá o Arquivo Histórico de São Paulo e o Museu da Cidade de São Paulo, o qual, por sua vez, passaria a ser oficialmente responsável pelo Pavilhão das Culturas Brasileiras e outras instituições¹³, totalizando um conjunto de dezoito equipamentos culturais. Vale ressaltar que a antiga gestora do MCSP, Regina Ponte, já realizava a administração destes equipamentos (Pavilhão e outras instituições) de forma independente, porém na gestão de Luz a integração dos equipamentos e a centralização da administração vêm se firmando (ARRUDA, 2014, p. 91).

a implantação do Decreto Municipal que regulariza a unidade executora e sua gestão integrada, dando melhores condições aos 18 equipamentos que formam o conjunto de unidades do referido Departamento. Assim, as duas principais instituições públicas municipais que se ocupam da guarda, conservação, pesquisa, curadoria e difusão dos acervos documentais e museológicos da cidade de São Paulo, poderão otimizar os seus trabalhos e passam a consolidar sua metodologia de trato de bens culturais em benefício da população. (MCSP, 2014 *apud* ARRUDA, 2014)

Em julho de 2013, contudo, a visitação à instituição foi encerrada, conforme publicado em seu site da instituição: “Visitação suspensa para obras de manutenção e restauro do prédio. Sem previsão de abertura”.

Em 2014, durante sua gestão, Juca fez uma reunião com Adélia Borges (responsável pela concepção do projeto), Pedro Mendes da Rocha (arquiteto) e Afonso Luz (diretor do MCSP) na SMC para falar sobre o Pavilhão das Culturas Brasileiras, em 21 de fevereiro, e uma visita técnica em 18 de março com Marta Suplicy (ministra da Cultura), Afonso Luz e Nalu Medeiros (supervisora de conservação e acervos). Estas são informações retiradas do site da Prefeitura de São Paulo, SMC, agenda do secretário.

No início de 2015, Juca se despede da SMC para assumir novamente o Ministério da Cultura e faz um balanço sobre suas iniciativas, considerando que manteve um canal de diálogo com a sociedade: “Fui a lugares que dificilmente um Secretário de Cultura vai. Consegui dialogar com todos os seguimentos. Tive muito carinho pela cultura que se faz nas periferias da cidade”, e continua, ressaltando uma “mudança de mentalidade, comportamental”, e que “a cultura tem que ter transversalidade com todas as ações da prefeitura”; declarações retiradas de notícia publicada no site do MinC no dia 03 de janeiro

¹³ Centro da Memória do Circo, Galeria Formosa e OCA.

de 2015 com o título “Juca se despede da Secretaria de Cultura de São Paulo”. A notícia evidencia também os avanços durante a gestão.

Entre algumas ações marcantes da gestão de Juca Ferreira em SP, estão o tombamento do Samba Paulista; a descriminalização do funk e das festas onde é tocado este gênero musical; o estímulo a artes como o grafite; a criação da SPcine; a reativação do tradicional Cine Belas Artes; a legalização e organização do carnaval de rua paulistano; o investimento na programação do Theatro Municipal da cidade, as parcerias com outras secretarias da prefeitura como na realização dos editais Redes e Ruas para a ocupação de espaços públicos da cidade com cultura digital.

Juca ressaltou o conhecimento amplo que Nabil Bonduki tem da cidade, a capacidade de trabalho e a proximidade com a cultura. “Tenho confiança em Nabil”. (MINC, 2015)

c. Gestão Nabil Bonduki

Em 13 de janeiro de 2015, Nabil Bonduki aceitou o convite do prefeito Fernando Haddad para assumir o cargo de Secretário da Cultura de São Paulo.

Logo que assume, concede uma entrevista a Bruno Saito para o jornal *O Valor Econômico*, na qual avalia a passagem de Juca pela SMC e também comenta alguns planos para sua gestão.

A Secretaria de Cultura teve um amplo crescimento nesse período, de orçamento e ações. Ampliamos muito a atuação na periferia, com a área da cidadania cultural, com a criação da SP Cine [empresa de audiovisual que articula as três esferas do governo], uma ressignificação do uso do espaço público. Ampliou-se uma efervescência cultural na cidade, muitas vezes simplesmente permitindo que as manifestações acontecessem. Algumas áreas merecem uma atenção especial, e o próprio Juca considerou que não teve condição de trabalhar isso. Por exemplo, a questão das bibliotecas, do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. A cultura tem um papel importante quando a gente vê marchinhas no Carnaval que falam de problemas do cotidiano, da crise hídrica. As manifestações culturais chegam de maneira até mais aprofundada no dia a dia do cidadão, e com isso vão mudando mentalidades. Precisamos mudar mentalidades. (BONDUKI, 2015)

Na mesma entrevista, quando questionado sobre possíveis parcerias público-privadas e se estas são bons um bom caminho para a cultura, responde:

No caso do Belas Artes não é uma PPP porque PPP envolve lucro. O que podemos ter é sempre uma participação e um apoio, um patrocínio do setor privado para certas ações que são feitas na área da cultura. O apoio buscado seria mais na linha do patrocínio. Por exemplo, a intenção é recuperar a Vila Itooró, transformá-la num centro cultural, com patrocínios da lei de incentivo cultural. Já houve um primeiro aporte do Itaú, e espera-se que possamos ter a participação de outras empresas públicas e privadas através da Lei Rouanet. Outra situação, um pouco diferente, é o Carnaval. Neste ano teve um patrocínio com a Caixa, que cobre 20% dos custos da prefeitura, então isso pode ser procurado em outros projetos. Também pode-se conseguir parcerias com outras entidades, como universidades e institutos culturais,

para ampliar a gestão dos equipamentos. A secretaria é muito ampla, são mais de 150 equipamentos, de naturezas diferentes, desde o Teatro Municipal até as ações de cidadania cultural na periferia. (BONDUKI, 2015)

Em agosto deste ano, Bonduki enfrenta a crise no MCSP, Afonso Luz se demite e declara que sua atitude tem relação com diferenças quanto à gestão do secretário. Segundo artigo publicado no jornal *A Folha de São Paulo* em 10 de agosto por Silas Martí, Luz explica que o atual secretário teria um menor interesse na arte contemporânea, moda e design.

Há uma visão já consolidada na máquina pública e que também advém de certo provincianismo da política municipal que a cidade não deve ter um museu de arte forte. [...] A prefeitura tem uma cabeça do século 19 de história local e combina isso com uma mentalidade de repartição pública que não deve funcionar. Parece que isso é mais forte do que a visão dos secretários da Cultura que ocupam os cargos. Eles são reféns de uma estrutura que não funciona. (LUZ, 2015)

Ambos os projetos de Luz à frente do MCSP não prosperaram – a transferência do acervo de arte do Centro Cultural São Paulo para exibição permanente na Oca e também a criação de uma escola de curadoria. Ainda na reportagem, Bonduki responde às críticas de Luz e reconhece que a área de museus é muito frágil e que sua prioridade não é a expansão de novos espaços para exposições de arte.

São Paulo tem vários museus de arte fortes. Na prefeitura, temos um embrião importante de coleção de arte, mas isso exige recursos e muitos anos de trabalho para mostrar. [...] tenderia a dizer que é mais urgente, dentro de uma lista de prioridades, apresentar um acervo que a secretaria já tem sobre a história da cidade, fazer exposições sobre questões que estão acontecendo agora. (BONDUKI, 2015)

Quando questionado sobre o Pavilhão das Culturas Brasileiras, Bonduki diz que o prédio vai entrar em reformas, já que as da gestão passada não conseguiram resolver o problema; o objetivo é que de fato o museu seja instalado. Enquanto a obra do prédio acontece, o acervo será transferido para a área do prédio da Bienal pertencente à Prefeitura e de responsabilidade do MAC, de acordo com informações do jornal *O Estado de São Paulo* em matéria publicada em 15 de agosto de 2015, “José Hermes Martins assume o Arquivo Histórico de SP e Beatriz Arruda, o Museu da Cidade”.

Bonduki tem pouco mais de um ano na SMC; tudo indica que ficará no cargo até o final de 2016, quando o mandato do atual prefeito acabar.

4. Considerações finais

Após a análise do equipamento pelo levantamento de seu histórico e das medidas adotadas por cada gestão, pode-se fazer, de imediato, alguns apontamentos. O Pavilhão das Culturas Brasileiras é um equipamento cultural da cidade de São Paulo, recém-criado, que estacionou no início de sua efetivação.

O projeto contratado para a instituição não foi efetivado, ou quase nada saiu do papel; seu acervo não foi totalmente restaurado e não está preservado, a reforma predial não foi adiante, e suas atividades foram suspensas para uma nova fase da reforma que caminha devagar.

No âmbito do gerenciamento institucional: a existência de um estatuto, regimento, recursos humanos, materiais e financeiros é imprescindível para implantação e funcionamento de uma instituição. Ressalta-se que a preservação e a difusão do patrimônio artístico – ações efetivadas por esses equipamentos culturais – dependem diretamente da organização administrativo-financeira. No caso do Pavilhão, isto está vinculado às políticas públicas adotadas pela SMC e a estrutura por ela oferecida.

Por consequência, a primeira consideração a ser feita é com relação à complexidade administrativa na qual o equipamento está inserido. O Pavilhão é um equipamento do DPH, mas quem responde administrativamente pela instituição é o MCSP, que, por sua vez, tem muitos equipamentos espalhados pela cidade. Sabe-se que os funcionários que respondiam pelo pavilhão não eram servidores diretos da instituição, mas funcionários públicos vinculados à SMC, que em época de exposições temporárias atuavam na instituição. Portanto, a estrutura de recursos humanos pensada no projeto de Adélia Borges não prosperou, e as mudanças propostas por Luz enfraqueceram ainda mais a possível autonomia do equipamento. Este fato, aliado à burocracia existente no país, extingue todas as possibilidades de prosperação do projeto.

De fato, a burocracia opera fundada em três princípios: a hierarquia do mando e da obediência, que define os escalões de poder; o segredo do cargo e da função, que garante poderes e controle dos graus superiores sobre os inferiores; a rotina de hábitos administrativos que, por definição, são indiferentes à especificidade do objeto administrado (produzir uma ópera, comprar livros, contratar bailarinos, realizar um seminário ou um colóquio, comprar tijolos, lâmpadas, papel higiênico e sabonete são atos burocráticos e administrativamente idênticos). (CHAUI, p. 76)

Quanto às questões relacionadas às políticas públicas vigentes durante as gestões, compreende-se que as políticas culturais no país são recentes e surgiram de maneira orgânica

conforme as atividades culturais foram se posicionando frente à sociedade. Infelizmente, nosso histórico nesta questão é ausente e instável, como afirma Rubim em “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições”. Considerando a instabilidade da gestão, como foi observado na análise elaborada, nota-se que, a cada nova gestão da SMC, os objetivos são modificados. No caso, o foco nunca foi o Pavilhão.

Este fenômeno não é uma exclusividade da área cultural: textos sobre administração pública mostram que, com cada mudança de gestor, os objetivos sofrem modificações de foco, o que atrapalha a manutenção de políticas públicas, a continuidade do que vem sendo feito e, assim, atrasa projetos ou o nascimento de novos.

Refletindo sobre as três gestões da SMC e as do MCSP, conclui-se que Augusto Calil deseja criar a instituição, porém o faz do meio para o final de sua administração, e, como se sabe, o processo para criação de uma instituição é lento e burocrático. Já Juca Ferreira deseja semear cultura e ir para a periferia, seus grandes projetos são o SP-Cine e o Cine Belas; fica pouco tempo no cargo. Porém é ainda em sua gestão que Afonso Luz assume o MCSP e propõe o projeto de reestruturação do MCSP e o Pavilhão como uma de suas unidades. Com a saída de Juca Ferreira, assume Nabil Bonduki, que declara que o foco de sua gestão não estará voltado para implantação de novas instituições, mas, apesar disso, declara que o Pavilhão passará por reformas, as quais esperamos que sejam para sua efetivação. Vale alertar que o secretário tem pouco mais de um ano no cargo.

Após todo o processo de levantamento de informações, do histórico da instituição, das políticas culturais no Brasil e a análise das gestões, interpreta-se que independentemente da administração vigente na SMC é extremamente prejudicial aos equipamentos culturais públicos que os projetos já iniciados em uma administração acabem se encerrando no meio do processo. Ou seja, a interrupção de projetos já iniciados – no caso, os equipamentos ligados à SMC – pode ocasionar, no extremo, o desaparecimento de instituições. Atualmente o Pavilhão não tem destino certo, as coleções que compõem seu acervo estão sem acondicionamento adequado, o prédio necessita de manutenção e não há exposições e atividades previstas.

Referências bibliográficas

Livros e artigos

ARRUDA, Beatriz Cavalcanti de. **O Museu da Cidade de São Paulo e o seu acervo arquitetônico**. São Paulo: 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-30012015-144147/pt-br.php> Acesso em: 26 de agosto de 2014.

BORGES, Adélia; BARRETO, Cristiana (Org.). **Pavilhão das culturas brasileiras: puras misturas**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: Balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p.87.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, **Subsídios para a Criação de Museus Municipais**, 2009. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/manual-subsidio-para-criacao-de-museu.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2015.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: Relato de uma experiência institucional. In:_____. **Cidadania cultural, o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_extintos.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2015.

MARCO, Kátia de. Gestão de espaços culturais: uma abordagem contemporânea. In: REIS, Ana Clara Fonseca; Marco de Kátia (Orgs.). **Economia da cultura: ideias e vivências**. Editora E-Livre. 2009.

NOGUEIRA, F. A. **Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. São Paulo: 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Administração pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2423>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia**, São Paulo, jun. 2007a.

_____. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007b.

_____. Políticas culturais entre o possível e impossível. **II Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**, 2006. Salvador: EDUFBA.

REIS, Cláudia Vendramini. **Pavilhão das Culturas Brasileiras: O uso social do acervo** Rossini Tavares de Lima. Artigo científico apresentado no curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/pavilhao_das_culturas_brasileiras_o_uso_social.compressed.pdf Acesso em 17 de abril de 2015.

Periódicos

AGÊNCIA ESTADO. Juca Ferreira troca a direção do Museu da Cidade de SP. **O Estado de São Paulo**. 12 mar. 2013, São Paulo. Disponível em:

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral/juca-ferreira-troca-a-direcao-do-museu-da-cidade-de-sp,1007671> Acesso em: 17 set. 2015.

ASSUNÇÃO, Moacir. Um museu está desaparecendo em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, Caderno Cidades. São Paulo. Ano 125. Nº 40430. Página 37. 27 de junho de 2004.

GIOIA, Mario. Novo museu no Ibirapuera muda projeto. **A Folha de São Paulo**. 05 abr. 2009, São Paulo. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0504200924.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

GUERRA, Flavia. “Moda é cultura. Criar políticas públicas para incentivar o setor é de total interesse”, diz Juca Ferreira, secretário de cultura. *O Estado de São Paulo*. 29 out. 2013, São Paulo. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/blogs/moda/moda-e-cultura-e-criar-politicas-publicas-para-incentivar-o-setor-e-de-total-interesse-afirma-secretario-de-cultura-juca-ferreria/> Acesso em: 19 set. 2015.

MARTÍ, Silas. Diretor do Museu da Cidade se demite e ataca “provincianismo” da prefeitura. **A Folha de São Paulo**. 10 ago. 2015, São Paulo. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/08/1666954-diretor-do-museu-da-cidade-se-demite-e-ataca-provincianismo-da-prefeitura.shtml> Acesso em: 21 set. 2015.

MEDEIROS, Jotabê. A largada de Juca. **O Estado de São Paulo**. 02 fev. 2013, São Paulo. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,a-largada-de-juca,991918> Acesso em: 19 set. 2015.

_____. Um baiano na Avenida São João. **O Estado de São Paulo**. 02 fev. 2013, São Paulo. Disponível em:

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,um-baiano-na-avenida-sao-joao-imp-,992104> Acesso em 17 set. 2015.

MENEZES, Maria Eugênia de; BRASIL, Ubiratan. O balanço de Carlos Augusto Calil. **O Estado de São Paulo**. 15 dez. 2012, São Paulo. Disponível em:

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-balanco-de-carlos-augusto-calil,973705> Acesso em 17 set. 2015.

MOLINA, Camila. Um museu em prédio da Prodam. **O Estado de São Paulo**. 12 jun. 2008, São Paulo. Disponível em:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/imprensa/index.php?p=4675>.
Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Anotações de uma missão. **O Estado de São Paulo**. 06 maio 2011, São Paulo. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,anotacoes-de-uma-missao-imp-,715545> Acesso em 17 set. 2015.

_____. “Estamos anunciando o Pavilhão, ainda não é a sua inauguração”. **O Estado de São Paulo**. 09 abr. 2010, São Paulo. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,estamos-anunciando-o-pavilhao-ainda-nao-e-a-sua-inauguracao,535805> Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Exposição esboça nova política de museus em São Paulo. **O Estado de São Paulo**. 05 fev. 2014, São Paulo. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,exposicao-esboca-nova-politica-de-museus-em-sao-paulo,1127066> Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Jose Hermes Martins assume o Arquivo Histórico de SP e Beatriz Arruda, o Museu da Cidade. **O Estado de São Paulo**. 15 ago. 2015, São Paulo. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,jose-hermes-martins-pereira-assume-o-arquivo-historico-de-sp-e-beatriz-arruda--o-museu-da-cidade,1744364> Acesso em 17 set. 2015.

_____. Misturar artes para entender o Brasil. **O Estado de São Paulo**. 09 abr. 2010, São Paulo. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,misturar-artes-para-entender-o-brasil,535804>
Acesso em: 17 set. 2015.

SAITO, Bruno Yutaka. Bonduki propõe uma “revolução civilizatória”. **O Valor Econômico**. São Paulo, 23 fev. 2015. Disponível em:
<http://www.valor.com.br/cultura/3919874/bonduki-propoe-uma-revolucao-civilizatoria#>
Acesso em: 17 set. 2015.

SEM AUTOR. Confira as metas culturais até 2012 da Prefeitura de SP. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 27 mar. 2009. Disponível em:
<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,confira-as-metas-culturais-ate-2012-da-prefeitura-de-sp,346033> Acesso em: 17 set. 2015.

SEM AUTOR. Juca se despede da Secretaria de Cultura de São Paulo. **Ministério da Cultura**. 03 jan. 2015, São Paulo. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,jose-hermes-martins-pereira-assume-o-arquivo-historico-de-sp-e-beatriz-arruda--o-museu-da-cidade,1744364> Acesso em: 20 set. 2015.

SEM AUTOR. Pavilhão das Culturas Brasileiras, um novo museu. **O Estado de São Paulo**. 07 abr. 2010, São Paulo. Disponível em:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,pavilhao-das-culturas-brasileira-um-novo-museu,535177> Acesso em: 17 set. 2015.

VAZ, Marina. Arte pública, a nova cara do Parque do Ibirapuera. **O Estado de São Paulo**. 14 set. 2010, São Paulo. Disponível em:

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,arte-publica-a-nova-cara-do-parque-do-ibirapuera,60926> Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. Auxílios luxuosos renovam o verde. **O Estado de São Paulo**. 14 setembro de 2010, São Paulo. Disponível em:

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,arte-publica-a-nova-cara-do-parque-do-ibirapuera,60926> Acesso em: 13 ago. 2015.

Sites

<http://www.adeliaborges.com/perfil/#escrita> Acesso em: 15 ago. 2015.

<http://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00975> Acesso em: 28 set. 2015

<http://www.iea.usp.br/pessoas/pesquisadores-e-expositores/afonso-luz> Acesso em: 28 set. 2015.

<http://www.museudacidade.sp.gov.br/pavilhaodasculturas.php> Acesso em: 15 set. 2015.

<http://www.museudacidade.sp.gov.br/pavilhaodasculturas.php>. Acesso em: 07 maio 2015.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/memoria_oral/index.php?p=6841 Acesso em: 28 set, 2015.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/imprensa/index.php?p=4675>
Acesso em: 23 set. 2015.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/culturas_bras_ileiras/exposicoes/index.php?p=8789 Acesso em 07 maio 2015.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/culturas_bras_ileiras/ Acesso em: 15 ago. 2015.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/culturas_bras_ileiras/exposicoes/index.php?p=13308 Acesso em: 23 set. 2015.

<http://www.terceirametade.com.br/#/2011/02/afonso-luz/> Acesso em: 28 set. 2015.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Juca_Ferreira Acesso em: 28 set. 2015.

<https://uspdigital.usp.br/tycho/curriculoLattesMostrar?codpes=412802#Dadospessoais>
Acesso em: 28 set. 2015.

Fontes documentais

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Decreto que dispõe sobre a reorganização do Departamento do Patrimônio Histórico. Nº 51.478 de 11 de maio de 2010. São Paulo: DOMSP, 2010.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Decreto que transfere o acervo relativo à Missão de Pesquisas Folclóricas para o Pavilhão das Culturas Brasileiras, do Departamento do Patrimônio Histórico. Nº 56.195 de 25 de junho de 2015. São Paulo: DOMSP, 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Contratação da empresa Borges Comunicação Ltda. para a confecção do pré-projeto de uso cultural do Pavilhão Armando Arruda Pereira – Parque do Ibirapuera. 1º de dezembro de 2007. São Paulo: DOMSP, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ação cautelar com pedido de liminar para imediato amparo do acervo do Museu do Folclore. Processo nº 2004.0.208.101-0 de 28 de junho de 2004. São Paulo: MPESP, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Decreto de reorganização do Centro Cultural São Paulo, transferência do acervo relativo às Missões de Pesquisas Folclóricas para o Pavilhão das Culturas Brasileiras do Departamento do Patrimônio Histórico. Nº 15.389 de 27 de maio de 2011. São Paulo: DOMSP, 2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Reunião com Pedro Mendes da Rocha, Adélia Bordes e Afonso Luz. Agenda do Secretário da Cultura: Juca Ferreira. 21 de fevereiro de 2014. São Paulo: PMSP, 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Visita técnica ao Pavilhão das Culturas Brasileiras – Parque do Ibirapuera com Afonso Luz, Marta Suplicy e Nalu Medeiros. Agenda do Secretário da Cultura: Juca Ferreira. 18 de março de 2014. São Paulo: PMSP, 2014.

ANEXOS

ANEXO I - Diário Oficial da Cidade de São Paulo - 1º de dezembro de 2007

sábado, 1º de dezembro de 2007

Diário Oficial da Cidade de São Paulo

São Paulo, 52 (223) - 101

grito 1º da Lei 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, da empresa FERRI LACOMERCI LTDA, para aquisição de 32 (trinta e dois) exemplares da obra "História da Feitosa", para expansão e manutenção do acervo das bibliotecas pertencentes ao Sistema Municipal de Bibliotecas, conforme requisição de fls. 02/03, no valor total de R\$ 3.548,00 (três mil quinhentos e oitenta e quatro reais), nos termos da proposta de fl. 04, onerando a dotação orçamentária 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 20.

Aquisição de livros
2007-0.355.075-2 - Aquisição de livros. - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão à fl. 08, e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 19/2006-SMC/G, AUTORIZO, a contratação direta, por inexistência de licitação, com fulcro no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, da empresa SCIRONI S.A., para aquisição de 144 (cento e quarenta e quatro) exemplares de livros para a formação do acervo da biblioteca temática de ciência e tecnologia e manutenção do acervo das bibliotecas pertencentes ao Sistema Municipal de Bibliotecas, conforme requisição de fls. 02/03, no valor total de R\$ 1.916,32 (um mil novecentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos), nos termos da proposta de fl. 04, onerando a dotação orçamentária 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 19.

Recarga de extintores de incêndio
2007-0.341.927-3 - Recarga de extintores de incêndio. - À vista dos elementos constantes do presente e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 40/2005-SM/C, AUTORIZO, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/03, a contratação direta da empresa EXTINTAG SERVIÇOS CONTRA INCÊNDIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 55.861.942/0001-56, para a prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio pertencentes à Biblioteca desta Coordenadoria, conforme requisição de fls. 02/03, pelo valor total de R\$ 4.408,10 (quatro mil quatrocentos e oito reais e dez centavos), nos termos da proposta de fls. 05/06, onerando a dotação orçamentária 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 27.

Locação de serviços de natureza artística
2007-0.326.989-1 - Contratação de Rodrigo Bragança Melo. - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão à fl. 05, e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 19/2006-SM/C, AUTORIZO, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02, a contratação direta da empresa RODRIGO BRAGANÇA MELO, inscrita no CNPJ sob nº 05.914.539/0001-70, representada legalmente por Alexandre Carlos Martins Lerner, CPF nº 385.842.631-87, e Alexandre Luis Nobre Terrer (CPF nº 115.477.198-93). OBJETO: Show de lançamento de CD Lagunas de Choro Estrela, conforme Anexo 28/02. DATA: 08 de dezembro de 2007, no local: 19800 - Biblioteca Alceu Amoroso Lima, conforme proposta de fls. 02/63. VALOR GLOBAL: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 88. AUTORIZO ainda, nos termos da Ordem Interna nº 01/2002 - SMC/G, a comercialização, em sessão de autografos, do CD referido "Lagunas de Choro Estrela", conforme Termo de Responsabilidade acostado à fl. 92.

Locação de serviços de natureza artística
2007-0.323.383-8 - Contratação de Maria Lídia de Moraes Pinto e Outra. - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão à fl. 02, e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 19/2006-SM/C, AUTORIZO, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02, nos termos dos artigos 16 e 17 do Decreto nº 44.279/03, a locação dos serviços profissionais de natureza artística nas condições abaixo estipuladas, observada a legislação vigente e demais cautelas legais. CONTRATADA: MARIA LÍDIA DE MORAES PINTO (CPF nº 015.765.518-70) e CÁSSIA MARIA DE ARAÚJO, representada pela primeira nomeada. OBJETO: desenvolver a atividade de contação de histórias "Contos de Fadas" e "Lendas Indígenas", no III Festival "A Arte do Contar Histórias", conforme fl. 07. LOCAL/DATA: Biblioteca Hans Christian Andersen, 08/12/07 às 10h00 e às 14h00, Biblioteca Álvaro Guerra (05/12/07 às 10h00 e às 14h00) e Biblioteca Paulo Setúbal (06/12/07 às 10h00), conforme fl. 49. VALOR GLOBAL: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme proposta de fls. 3/14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 39.

Locação de serviços de natureza artística
2007-0.352.511-1 - Contratação de Janaina Ramos Carneiro Silva. - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão à fl. 32, e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 19/2006-SM/C, AUTORIZO, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, a contratação nas condições abaixo estipuladas, observada a legislação vigente e demais cautelas legais. CONTRATADA: JANAINA RAMOS CARNEIRO SILVA (CPF nº 340.830.478-52) e os demais integrantes da Banda Anina, representados pela primeira nomeada. OBJETO: show litero-musical, conforme fls. 04/05. LOCAL/DATA: 01 de dezembro de 2007, às 19h00 - Biblioteca Alceu Amoroso Lima. VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 39.

Locação de serviços de natureza artística
2007-0.362.390-3 - Contratação de Paulo Padilha Leite. - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão à fl. 33/34, e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 19/2006-SM/C, AUTORIZO, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02, nos termos dos artigos 16 e 17 do Decreto nº 44.279/03, a locação dos serviços profissionais de natureza artística nas condições abaixo estipuladas, observada a legislação vigente e demais cautelas legais. CONTRATADOS: PAULO PADILHA LEITE, por intermédio da COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFESSORES DE MÚSICA DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob nº 05.914.539/0001-70, representada legalmente por Alexandre Carlos Martins Lerner (CPF nº 385.842.631-87) e Alexandre Luis Nobre Terrer (CPF nº 115.477.198-93). OBJETO: aula-show "Paulo Padilha e a Samba Descoberto", conforme fl. 04. DATA: 01 de dezembro de 2007, às 19h00 - Biblioteca Alceu Amoroso Lima, conforme proposta de fls. 50/51. VALOR GLOBAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 56. EM observância ao disposto na Ordem Interna nº 09/2006-SM/C, AUTORIZO a emissão de Nota de Empenho em favor do INSTITUTO NACIONAL DO SE-

GURO SOCIAL - INSS, inscrita no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), onerando a dotação orçamentária nº 25.30.13.392.0306.6387.33904700.00, conforme extrato de reserva de recursos de fls. 57, para pagamento da contribuição previdenciária, prevista no inciso IV do artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/91 com redação dada pela Lei Federal nº 9.376/99.

Locação de serviços de natureza artística
2007-0.349.302-3 - Contratação de Lillian Suzana Marchetti e outras. - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão à fl. 64, e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 19/2006-SM/C, AUTORIZO, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02, nos termos dos artigos 16 e 17 do Decreto Municipal nº 44.279/03, a locação dos serviços profissionais de natureza artística nas condições abaixo estipuladas, observada a legislação vigente e demais cautelas legais. CONTRATADOS: LILLIAN SUZANA MARCHETTI, JONATHAN SILVA, GUSTAVO MARTINS AMARADO DE BARROS e MARCO FABIO ANDRADE NOGUEIRA, integrantes da Cia. "A Santa Palava", por intermédio da COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO, inscrita no CNPJ sob nº 51.581.919/0001-69, representada legalmente por Ney Luiz Pacientini (CPF nº 455.046.019-91) e Roberto Rosa (CPF nº 041.871.628-52). OBJETO: apresentação do espetáculo teatral "Caracolinho de Chumbo", conforme fls. 07/09. LOCAL/DATA: 01 de dezembro de 2007, às 19h00 - Biblioteca Hans Christian Andersen. VALOR GLOBAL: R\$ 1.700,00 (um mil setecentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de recursos à fl. 67. EM observância ao disposto na Ordem Interna nº 09/2006-SM/C, AUTORIZO a emissão de Nota de Empenho em favor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, inscrita no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), onerando a dotação orçamentária nº 25.30.13.392.0306.6387.33904700.00, conforme extrato de reserva de recursos de fls. 68, para pagamento da contribuição previdenciária, prevista no inciso IV do artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/91 com redação dada pela Lei Federal nº 9.376/99.

Locação de serviços profissionais
2007-0.357.296-9 - Realização de espetáculo na 1ª Feira de Troca de Livros da Cidade. - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão à fl. 63, e na competência a mim delegada por intermédio da Portaria nº 19/2006-SM/C, AUTORIZO, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02, nos termos dos artigos 16 e 17 do Decreto nº 44.279/03, a locação dos serviços profissionais nas condições abaixo estipuladas, observada a legislação vigente e demais cautelas legais. CONTRATADOS: Artistas Fred Martins, Gigi Trujillo e Grupo 3 Deriva, representados por RUI BARROSS GARCIA (CPF nº 252.039.088-03), por intermédio da GIBRAMUNDO CONSULTORIA CULTURAL LTDA (CNPJ nº 06.327.594/0001-26), conforme requisição de serviços de fls. 02/03; proposta de fls. 04/07 e declarações de exclusividade de fls. 57/59. EVENTO: DATA: 15 HORARIO: espetáculo musical na 1ª Feira de Troca de Livros da Cidade, dias 25 de novembro e 02 de dezembro de 2007, nos Parques das Luz e Ibirapuera, respectivamente, conforme requisição de serviços de fls. 02/03 e 04/07. VALOR TOTAL: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme proposta de fls. 04/07. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 25.30.13.392.0306.6387.33903000.00, conforme extrato de reserva de fls. 67.

Depdo do Patrimônio Histórico
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
Processo nº 2005-0.316.539-1
INTERESSADO: Departamento do Patrimônio Histórico
ASSUNTO: Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 06/2006 mantido com a EMURB

À vista dos elementos constantes do presente, em especial a promulgação do Convênio nº 400/2002 até dezembro de 2009, celebrado entre a União Federal e o Município de São Paulo com intervenção do Estado de São Paulo, cujo novo plano de trabalho se encontra nas fls. 241/252, com fundamento na cláusula 1.1 do termo supra citado e nos artigos 24, VIII e 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; c/c artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 44.279/03, AUTORIZO a lavratura de Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 06/2006 mantido a EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO-EMURB, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de elaboração de projetos e gerenciamento das obras, relacionados à implementação do PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL - BAIRRO DA LUZ, para prorrogar o seu prazo até 04 de dezembro de 2009, e adotar o cronograma de fls. 255, observada a sua cláusula 3.2, mantendo-se todos os demais elementos do contrato, inclusive a fl. 26.

Processo nº 2001-0.189.874-2
INTERESSADO: Departamento do Patrimônio Histórico
ASSUNTO: Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 69/2003 mantido com a EMURB

À vista dos elementos constantes do presente, em especial a informação prorrogação do Convênio nº 400/2002 até dezembro de 2009 pelo Quinto Termo Aditivo, celebrado entre a União Federal e o Município de São Paulo com intervenção do Estado de São Paulo, cujo novo plano de trabalho se encontra nas fls. 564/575, com fundamento na cláusula 4.1.1 do termo supra citado e nos artigos 24, VIII e 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; c/c artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 44.279/03, AUTORIZO a lavratura de Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 09/2003 mantido a EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO-EMURB, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de elaboração de projetos e gerenciamento das obras, relacionados à implementação do PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL - BAIRRO DA LUZ, para prorrogar o seu prazo até 04 de dezembro de 2009, e adotar o cronograma de fls. 576, observada a sua cláusula 4.2, mantendo-se todos os demais elementos do contrato, inclusive a fl. 26.

Processo nº 2007-0.357.073-7
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
ASSUNTO: Reti-ratificação de despacho.

À vista dos elementos constantes do presente, RETIFICO o despacho exarado à fls. 23, publicado no Doc. de 28/11/2007, pelo qual se autoriza que o prazo de entrega das propostas seja de 15 (quinze) dias úteis e não como consta, ficando RATIFICADOS os demais termos do ato.

Processo nº 2006-0.247.918-1
INTERESSADO: Departamento do Patrimônio Histórico
ASSUNTO: Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 04/2006 mantido com a EMURB

À vista dos elementos constantes do presente, em caráter emergencial, tendo em vista a informação de fls. 138, com fundamento na cláusula 5.1 do termo supra citado e nos artigos 24, VIII e 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; c/c artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02

regulamentado pelo Decreto Municipal nº 44.279/2003, conforme legislação competida pela Portaria nº 40/2005. AUTORIZO a lavratura de Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 04/2006/DPH-SMC mantido a EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO-EMURB, cujo objeto é a prestação de serviços de apoio operacional consistente na realização de licitação dos serviços e obras do Projeto Executivo e Cronograma Físico-Financeiro relativo ao Plano Integrado de Atualização Tecnológica do Palco do Teatro Municipal de São Paulo (1ª etapa) e operação tecnológica e fiscalização do contrato decorrente (2ª etapa), no âmbito do Programa PROTEC, para prorrogar o seu prazo por mais doze meses, a contar de 30/11/2007, bem como adotar novo Cronograma Físico e Financeiro e novo Cronograma de Desenvolvimento mantendo-se todos os demais elementos do contrato, inclusive o valor, sendo o valor de R\$ 498.211,03 (quatrocentos e noventa e oito mil e onze reais).

Processo nº 2007-0.326.469-5
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.
ASSUNTO: Contratação da sociedade Borges Comunicação Ltda para confecção de pré-projeto de uso cultural do Pavilhão Armando Arruda Pereira-Parque do Ibirapuera.

À vista dos elementos coligidos ao presente, especialmente o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta à fls.101/109 e o parecer da Comissão Especial constituída pela Portaria nº 80/2007-SM/C à fls.94/97, conforme competência delegada pela Portaria nº 19/2006 SMC, AUTORIZO, por inexistência de licitação, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Municipal nº 13.278/02, regulamentada pelo Decreto nº 44.279/2003, a contratação de pré-projeto de uso cultural do Edifício Pavilhão Armando Arruda Pereira-Parque do Ibirapuera, tendo em vista a idéia de instituição museológica voltada para as culturas populares, conforme requisição de fls. 02, nos termos da proposta de fls. 04/07, no prazo de 05 (cinco) meses, a contar da assinatura do contrato, pelo valor total de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), a ser pago, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) na primeira etapa (após a décima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quando do término da segunda etapa (após a vigésima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da terceira etapa (após a vigésima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da quarta etapa (após a vigésima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da quinta etapa (após a vigésima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da sexta etapa (após a vigésima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da sétima etapa (após a vigésima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da oitava etapa (após a vigésima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da nona etapa (após a vigésima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima etapa (após a vigésima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima primeira etapa (após a vigésima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima segunda etapa (após a vigésima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima terceira etapa (após a vigésima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima quarta etapa (após a vigésima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima quinta etapa (após a vigésima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima sexta etapa (após a vigésima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima sétima etapa (após a vigésima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima oitava etapa (após a vigésima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da décima nona etapa (após a vigésima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima etapa (após a vigésima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima primeira etapa (após a vigésima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima segunda etapa (após a vigésima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima terceira etapa (após a vigésima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima quarta etapa (após a vigésima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima quinta etapa (após a vigésima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima sexta etapa (após a vigésima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima sétima etapa (após a vigésima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima oitava etapa (após a vigésima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima nona etapa (após a vigésima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima etapa (após a vigésima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima primeira etapa (após a vigésima décima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima segunda etapa (após a vigésima décima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima terceira etapa (após a vigésima décima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima quarta etapa (após a vigésima décima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima quinta etapa (após a vigésima décima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima sexta etapa (após a vigésima décima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima sétima etapa (após a vigésima décima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima oitava etapa (após a vigésima décima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima nona etapa (após a vigésima décima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima etapa (após a vigésima décima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima primeira etapa (após a vigésima décima décima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima segunda etapa (após a vigésima décima décima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima terceira etapa (após a vigésima décima décima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima quarta etapa (após a vigésima décima décima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima quinta etapa (após a vigésima décima décima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima sexta etapa (após a vigésima décima décima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima sétima etapa (após a vigésima décima décima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima oitava etapa (após a vigésima décima décima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima nona etapa (após a vigésima décima décima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima etapa (após a vigésima décima décima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima primeira etapa (após a vigésima décima décima décima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima segunda etapa (após a vigésima décima décima décima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima terceira etapa (após a vigésima décima décima décima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima quarta etapa (após a vigésima décima décima décima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima quinta etapa (após a vigésima décima décima décima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima sexta etapa (após a vigésima décima décima décima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima sétima etapa (após a vigésima décima décima décima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima oitava etapa (após a vigésima décima décima décima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima nona etapa (após a vigésima décima décima décima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima etapa (após a vigésima décima décima décima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima primeira etapa (após a vigésima décima décima décima décima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima segunda etapa (após a vigésima décima décima décima décima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima terceira etapa (após a vigésima décima décima décima décima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima quarta etapa (após a vigésima décima décima décima décima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima quinta etapa (após a vigésima décima décima décima décima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima sexta etapa (após a vigésima décima décima décima décima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima sétima etapa (após a vigésima décima décima décima décima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima oitava etapa (após a vigésima décima décima décima décima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima nona etapa (após a vigésima décima décima décima décima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima primeira etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima segunda etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima terceira etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima quarta etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima quinta etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima sexta etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima sétima etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima oitava etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima nona etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima primeira etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima primeira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima segunda etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima segunda parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima terceira etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima terceira parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima quarta etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima quarta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima quinta etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima quinta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima sexta etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima sexta parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima sétima etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima sétima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima oitava etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima oitava parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima nona etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima nona parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima décima etapa (após a vigésima décima décima décima décima décima décima décima parcela); 30% (trinta por cento) do valor, ou seja, R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), quando do término da vigésima décima décima décima décima décima décima décima primeira

ANEXO II - Gestão e Resumo da instituição

As páginas que vêm a seguir foram retiradas da publicação “Pavilhão das Culturas Brasileiras: Puras misturas”, pp.113-15, 127-28.

Gestão

É reconhecida a precariedade da estruturação jurídica e administrativa dos museus brasileiros. A fragilidade dos instrumentos de sua gestão tem levado a um desempenho pouco eficaz da função social por parte das instituições museológicas. Por isso, os aspectos jurídicos do novo museu devem merecer uma atenção especial, de maneira a evitar a precariedade já diagnosticada pelas várias esferas do poder nas instituições museológicas de nosso país.

No decorrer da elaboração deste projeto, visitamos várias instituições em todo o país e constatamos que seus principais problemas residem nos aspectos da gestão e administração, e menos em qualidade de acervo ou das equipes técnicas. Com as exceções que confirmam a regra, verificamos que a manutenção, a continuidade e a melhoria das várias ações de uma instituição demonstram ser mais difíceis de serem obtidas do que a própria implantação de um museu. Por falta de estruturas sólidas de gestão e falta de verbas compatíveis com a importância de seus acervos e atividades, os museus dependem em excesso do dinamismo e da capacidade dos dirigentes responsáveis por angariar recursos. Poderia se argumentar que esse peso da importância relativa do diretor dentro da estrutura não é exclusividade das instituições da cultura. No entanto, a título de comparação, as instituições públicas de ensino, por exemplo, já têm mecanismos de funcionamento muito mais consolidados – é difícil que uma escola pare de dar aulas ou dê aulas apenas uma vez por semana, por exemplo; no entanto, situações comparáveis vêm ocorrendo em museus públicos de nosso país.

Nos últimos anos, felizmente assiste-se a um esforço de profissionalização e institucionalização das práticas dos museus. Esse capítulo pretende contribuir para a futura implantação de boas práticas de gestão na instituição que é objeto deste projeto.

Recursos humanos

É preciso implantar na equipe do novo museu uma cultura organizacional em que o fluxo de informações entre os diferentes setores esteja bem azeitado, de forma a garantir que todos remem o barco para o mesmo lado, a partir de uma noção precisa da atribuição de cada núcleo e de cada funcionário e a partir da compreensão não só da interdependência entre os diversos setores como também do objetivo comum que deverá ser alcançado por todos.

Deverá ser objeto de trabalho especializado – que não compete a um projeto conceitual e deve necessariamente suceder a sua eventual aprovação – a definição de um quadro de cargos e salários e dos respectivos tipos de contratação da equipe, num programa de gestão de recursos humanos que assegure a capacitação, o profissionalismo e a competência da equipe e sua justa remuneração. Entretanto, a título de sugestão, apresentamos algumas indicações.

Diretoria Diretor-geral Diretor-técnico Diretor-administrativo/ financeiro Secretária Assessoria de comunicação	Núcleo de Educação Coordenador Educadores Secretária (agendamento) Núcleo de Ação Cultural Coordenador Assistente(s) de produção	Núcleo de Pesquisa/ Centro de Referência Coordenador Pesquisadores Bibliotecários Coordenador editorial Designer gráfico Designer de computação Fotógrafo Técnico de gravação (som e vídeo)	Núcleo de Administração Coordenador Chefe de recursos humanos Zelador Assistentes Assessor de captação e fomento Assessoria jurídica Manutenção de informática Segurança/vigilância/ monitoramento eletrônico Receptionistas de sala Motoboy Limpeza Contabilidade Auditoria
---	---	--	---

Detalhe de luminária
com crochê *Cristal de
Luz*, design de TT Leal
e produção das artesãs
da Coopa-Roca, Rio de
Janeiro.

Quanto aos tipos de contratação da equipe, os museus administrados por Organizações Sociais de Cultura no Estado de São Paulo combinam a contratação por CLT da maioria de seus funcionários e a contratação de empresas terceirizadas para a execução dos serviços de vigilância, portaria e limpeza. Alguns optam pela terceirização também de serviços como assessoria de imprensa, fotografia e documentação das atividades, assessoria de informática e monitoria de exposições temporárias.

Os museus públicos visitados por nós sem Associação de Amigos ou parcerias público-privadas têm sofrido grandes dificuldades de sobrevivência e de manutenção de equipes em quantidade e qualidade necessária.

Muitos têm recorrido à figura jurídica da Associação de Amigos, caso em que esta costuma contratar diretamente, por CLT ou prestação irregular de serviços, ao menos uma secretária e um encarregado de eventos, além de ter de contratar por terceirização serviços de contabilidade e de auditoria (obrigatórios) e serviços de marketing e captação (eventuais, e muitas vezes determinantes para a continuidade ou não das atividades do museu). Em alguns museus visitados, a associação se encarrega também de contratar estruturas paralelas às do museu, até com museólogos e conservadores.

Nesses casos, na equipe que trabalha diariamente no museu, convivem duas formas de contratação – parte dos colaboradores é composta por servidores públicos, com salários que, na área pública da cultura, estão defasados em relação ao mercado, e parte é composta por “celetistas” ou contratados temporários pela Associação de Amigos. Os desníveis severos entre os diferentes graus de remuneração, benefícios e perspectiva de estabilidade em geral provocam grandes insatisfações e queixas de injustiças, com a evasão dos funcionários mais bem qualificados, atraídos por oportunidades de trabalho mais compensadoras.

Recursos materiais

É preciso definir as formas de sustentação da instituição, tanto por verbas estatais quanto por eventuais parcerias com a iniciativa privada. No que se refere aos recursos públicos, é vital atentar para o fato de que os museus têm tido um papel cada vez mais relevante nas sociedades contemporâneas. É conhecido o impacto que instituições do gênero tiveram na vida de muitas cidades, tornando-se um polo de atração de turismo interno e externo e gerando renda e emprego. No entanto, as verbas destinadas pelos gestores públicos e privados para esse setor têm sido muito desproporcionais à sua importância.

A divisão do bolo da cultura em nosso país tem privilegiado as áreas de cinema e música, em detrimento de outras formas de expressão. Os recursos públicos destinados aos museus precisam fazer jus à relevância que podem ter no panorama cultural e social das cidades e à sua capacidade de impulsionar o turismo cultural e de gerar emprego e renda.

No caso em pauta, recomendamos que a prefeitura se responsabilize por todo o custo fixo do museu, dentro de uma programação previamente traçada e aprovada pelo poder público. Isso permitirá que os recursos oriundos de fontes privadas somem, e não substituam os públicos, condição necessária para que a instituição não se curve aos interesses mercadológicos dos patrocinadores em detrimento de uma ação cultural séria e coerente e em detrimento da função social da cultura.

Estrutura jurídica

Por mais fundamentais que sejam os aspectos jurídicos do novo museu, cremos que não cabe a este projeto alongar-se nesta questão, que resulta de políticas culturais definidas e adotadas pelos dirigentes municipais da cultura. Cabe, contudo, reiterar, que qualquer que seja a forma de gestão escolhida pela administração pública, devem-se garantir formas democráticas e eficazes de controle público sobre os procedimentos dos gestores do museu, bem como sobre o conteúdo de suas ações e sobre o acervo em si. Esse controle é sempre necessário, e indispensável quando o prédio é de propriedade do município e abriga coleções públicas, tal como neste caso.

Cabe lembrar ainda que a estrutura jurídico-administrativa deve permitir a agilidade e a eficácia dos procedimentos gerenciais.

É necessário implantar procedimentos sistemáticos tanto de planejamento da ação quanto de avaliação de desempenho da equipe encarregada do museu, de maneira a prestar contas à sociedade da programação realizada e da captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos oriundos de diversas fontes. Para que essa avaliação possa ser feita, é preciso definir previamente os indicadores de desempenho que serão empregados.

Conselho Diretor

Um colegiado superior deve acompanhar, referendar e orientar as linhas de ações empreendidas pelo diretor e pela equipe sob sua responsabilidade. A existência de um conselho é determinante para proteger a instituição de voluntarismos ou rompantes de seus diretores, assegurando a representatividade de suas decisões e, paradoxalmente, determinante para proteger os diretores de pressões político-partidárias ou empresariais para que abrigue tal ou qual atividade no museu.

Os membros desse conselho devem ser indicados pelo secretário de Cultura e nomeados pelo prefeito, e deveriam ter mandato desencontrado com a troca de prefeito, de forma a assegurar uma continuidade administrativa e de orientação.

Verifica-se que os museus possuidores de conselhos bem estruturados e ativos têm menor descontinuidade de ações e dependem menos das idiossincrasias de seus diretores. Nos museus consultados, a periodicidade de encontros vai de três a dez por ano. Nos museus estaduais, anteriormente à constituição das Organizações Sociais, os conselheiros eram remunerados por participação em reunião.

Conselho Curatorial

Alguns museus consultados possuem ainda um Conselho Curatorial à parte, remunerado, com membros escolhidos pelos diretores, que tem reuniões mensais e assessoria diretamente a equipe quanto à definição de programação, deixando para o Conselho Diretor, também chamado de Conselho Consultivo, as definições mais gerais sobre a instituição e a atuação na arrecadação de fundos para instituição (nesse caso, esse conselho tem reuniões apenas anuais ou no máximo semestrais).

A conveniência ou não dessa divisão deverá ser analisada, bem como a definição da instância de curadoria do museu, que pode ser objeto de um núcleo à parte ou de decisões tomadas em conjunto pelos diretores e coordenadores de núcleos.

Precauções

A duplicidade de comandos e orientações – existentes sobretudo nos museus que conjugam administração pública e por meio de organizações civis (Associações de Amigos, Oscips etc.) – deve ser evitada a todo custo, sob o risco de paralisar a instituição. Essa questão, contudo, é difícil de resolver, pois, quando essas organizações assumem parte da administração das instituições, seus diretores querem influir em seus destinos.

Potencialmente podem existir conflitos ainda com um eventual Conselho Diretor de Museus, que cuidaria e responderia por todos os museus municipais. Eles podem ser evitados por meio da definição muito clara das atribuições desse conselho geral e do conselho do museu.

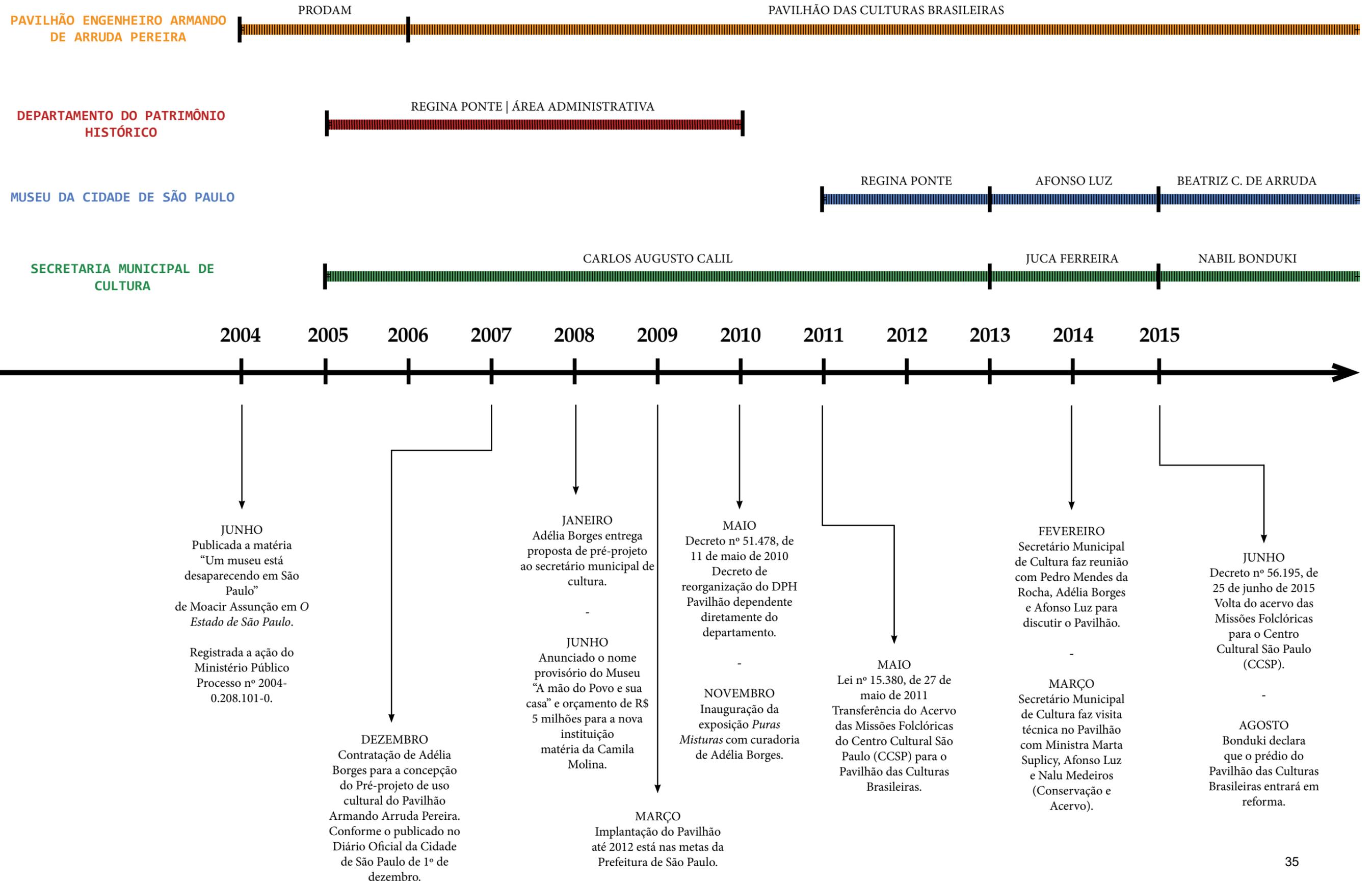
A nova instituição, em síntese

Ao final do processo de elaboração do projeto, pudemos então chegar a uma síntese do que se pretende no Pavilhão das Culturas Brasileiras:

Missão	Pesquisar, registrar, salvaguardar e difundir a diversidade cultural brasileira, contribuindo para o diálogo entre as diferentes culturas e para o reconhecimento do valor do patrimônio material e imaterial das culturas do povo.
Homenagem	Esta instituição e museu homenageia a extraordinária inventividade e criatividade do povo brasileiro e todos aqueles que trabalharam por sua difusão e fortalecimento, tais como Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Aloisio Magalhães, Lina Bo Bardi, Darcy Ribeiro e Rossini Tavares de Lima.
Valores/Palavras-chave	<ul style="list-style-type: none">- Diversidade cultural/identidade plural- Contemporaneidade- Respeito- Inclusão- Ampliação da cidadania- Autoimagem e autoestima- Construção de memórias coletivas- Criatividade e inventividade do povo- Dinamismo da cultura- Diálogos e hibridização- Protagonismo dos criadores populares
Objetivos gerais	<ul style="list-style-type: none">- Proteger e promover a diversidade das expressões culturais brasileiras.- Contribuir para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo.- Encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados.- Contribuir para a superação das falsas dicotomias no campo cultural entre popular e erudito; tradição e modernidade; rural e urbano; nacional e internacional; arte e artesanato.- Valorizar o patrimônio material e imaterial da cultura do povo brasileiro, em sua pluralidade e diversidade.- Encorajar o pensamento criativo e crítico.- Aumentar a percepção consciente das pessoas em geral sobre o valor das diferenças.- Contribuir para o fortalecimento dos direitos de cidadania e da inclusão social dos brasileiros.- Contribuir para a construção de um país mais justo e democrático.- Promover trocas entre a tradição, a herança local e a inovação global.- Espelhar o imenso mosaico cultural deste país.- Contribuir para a (re)construção da memória coletiva e das identidades dos segmentos populares na cidade de São Paulo.- Celebrar a cultura mestiça e a diversidade como valores essenciais da cultura brasileira.- Conferir aos criadores populares o reconhecimento, o prestígio e a dignidade que lhes são devidos.- Contribuir para o fim da discriminação e da violência contra segmentos do povo brasileiro.- Contribuir para aumentar o respeito pelas culturas do povo.- Assegurar junto ao público formado no convívio com a cultura "de elite" o reconhecimento das culturas do povo como parte essencial do nosso patrimônio cultural comum.- Colaborar para que o patrimônio das culturas do povo possa enfim começar a tornar-se patrimônio de todos os brasileiros.

Detalhe de tecelagem com miçangas e sementes, produzida por mulheres Tiriyó e Kaxuyana, do Amapá.

ANEXO III - Linha do tempo



ANEXO IV - Folder da exposição *Puras misturas*

VISITAÇÃO

De 13 de abril a 12 de setembro de 2010
Terça a domingo, das 9 às 18h, entrada até às 17h
Entrada gratuita – Ambiente acessível

VISITAS MONITORADAS

A equipe está disponível para atendimento de grupos de escolares, organizações da sociedade civil, associações de moradores etc.

Agendamento pelo e-mail: agendamentopavilhao@gmail.com

ENDEREÇO

Pavilhão Eng. Armando Arruda Pereira (ex-Prodam)
Parque do Ibirapuera
Rua Pedro Álvares Cabral, s/ nº
04094-000 – São Paulo – SP
Telefone (11) 5083 0199

PREFEITURA DE SÃO PAULO
Gilberto Kassab

SECRETARIA DE CULTURA
Carlos Augusto Calli

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH)
Walter Pires

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO (DPH)
Regina Ponte

PURAS MISTURAS

CURADORA
Adélia Borges
curadoria geral
Cristiana Barreto
curadoria geral adjunta
José Alberto Nemer
co-curadoria "Fragmentos de um diálogo"
Vera Cardim/ CCSP
co-curadoria "Da Missão à missão"

PROJETO EXPOGRÁFICO
Pedro Mendes da Rocha / arte3

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DESIGN GRÁFICO
Renato Salgado / Zol Design

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Ana Helena Curti / arte3

EDUCAÇÃO OU PROGRAMA EDUCATIVO
Vera Barros

PROJETO AUDIOVISUAL
Estúdio Preto e Branco



PAVILHÃO DAS CULTURAS BRASILEIRAS

O Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura começou a pensar numa instituição voltada para as culturas do povo em 2007, quando transferiu o acervo do antigo Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima para um depósito a salvo de intempéries; e contratou os serviços da museóloga Dalva Bolognini para fazer um levantamento das peças existentes, criar um banco de dados e embalar as obras apropriadamente.

Ainda em 2007, contratou Adélia Borges para elaborar o pré-projeto conceitual de uma instituição que pudesse abrigar aquele acervo. Com a colaboração de Cristiana Barreto, Marcelo Manzatti e Maria Lúcia Montes, entre outros colaboradores e consultores, elaborou-se um documento de 170 páginas que contempla política de acervo, programa educativo, ação cultural, diretrizes para arquitetura e muitos outros pontos.

Em síntese, o projeto propõe criar um espaço de exposição e um centro de referência e pesquisa voltado para a salvaguarda e divulgação da diversidade cultural brasileira e, em especial, do patrimônio material e imaterial das culturas menos favorecidas da população, que têm até hoje menor visibilidade institucional. O objetivo é legitimar, fortalecer e dar a conhecer as práticas culturais tradicionais e contemporâneas do povo brasileiro, em todo o seu vigor e pluralidade.

Longe de um perfil nostálgico ou regressivo, este se pretende um museu da contemporaneidade, um espaço onde as diferentes culturas brasileiras possam se encontrar, se contrapor e dialogar. Queremos contribuir para que possamos, todos, nos ver como produtores de cultura, e não apenas consumidores e espectadores.

ACERVO

A principal coleção do Pavilhão das Culturas Brasileiras em seu nascedouro é a reunida pelo Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima. Desde 1999, quando esse Museu deixou o prédio da Oca, em virtude da montagem da *Mostra do Redescobrimento*, o acervo não tem espaço digno de exposição. São cerca de 3.600 objetos (cerâmicas, roupas, gravuras, pinturas, esculturas, etc.), 2.200 fotografias, 400 registros sonoros e 9.750 livros e documentos.

A Secretaria Municipal de Cultura vai centralizar no Pavilhão outros acervos municipais hoje dispersos, como o da *Missão de Pesquisas Folclóricas*, até agora no Centro Cultural São Paulo; peças de Vitalino da Biblioteca Mário de Andrade; e obras de arte indígena do Museu da Cidade.

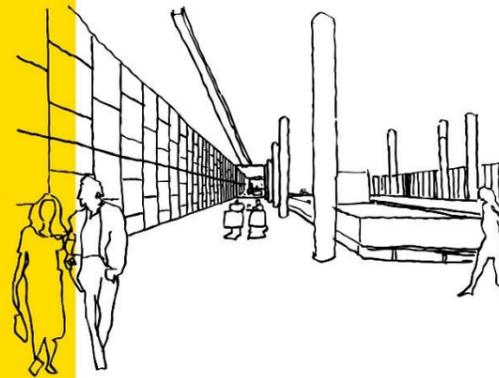
Além disso, o Departamento do Patrimônio Histórico iniciou no final de 2009 a aquisição de novas peças, com ênfase na contemporaneidade. Elas contemplam obras de artistas como Chico da Silva, GTO, Júlio Martins da Silva, Nino, Resendino, Ulisses, Véio e Zé do Chalé; artefatos dos povos indígenas Asurini, Galibi manworno, Galibi, Juruna, Karajá, Karipuna, Mehinako, Palikur, Suyá, Tiriyo, Trumai, Tukano, Wai wai, Wajãpi, Waurá e Wayana; objetos de artesanato de comunidades de vários estados; e peças de design popular de Alagoas, Bahia, Ceará e Pernambuco.

A MISSÃO

A missão do Pavilhão das Culturas Brasileiras será "pesquisar, registrar, salvaguardar e difundir a diversidade cultural brasileira, contribuindo para o diálogo entre as diferentes culturas e para o reconhecimento do valor do patrimônio material e imaterial das culturas do povo".



O interior do prédio em 1953, durante a 1ª Bienal de Arte de São Paulo, com obras do artista plástico Alexander Calder.
Foto: Arquivo Histórico Wanda Svevo, Fundação Bienal de São Paulo.



O EDIFÍCIO

O edifício de 11 mil metros quadrados que abrigará o Pavilhão das Culturas Brasileiras é tombado pelos órgãos de patrimônio histórico municipal, estadual e federal. Depois de sediar eventos como a Bienal de Artes de São Paulo (1953) e o Pavilhão dos Estados durante o 4º Centenário de São Paulo (1954), o prédio foi cedido esporadicamente para exposições. Do começo da década de 1970, já então batizado de Engenheiro Armando de Arruda Pereira, até 2006, foi sede da Prodram, a Companhia de Processamento de Dados do Município.



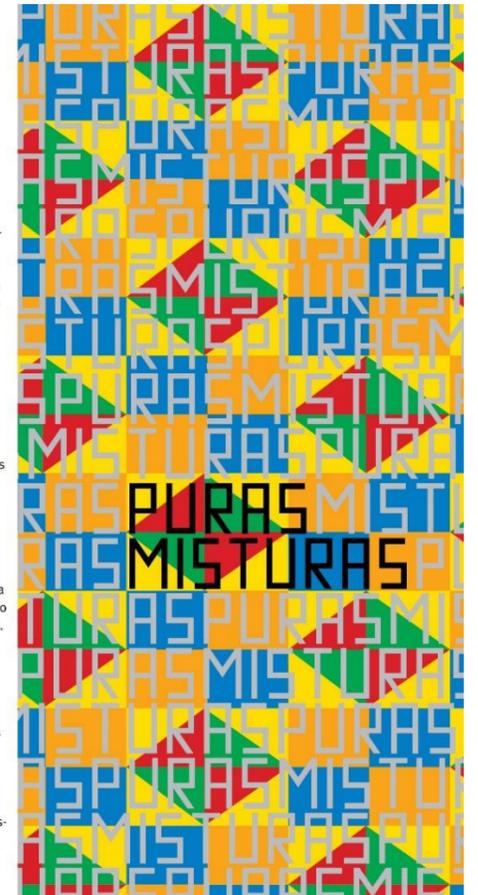
ARQUITETURA

Em 2008, a Secretaria Municipal de Cultura contratou o escritório de Pedro Mendes da Rocha para fazer a adaptação do prédio ao uso museológico. Seu projeto busca respeitar as virtudes da arquitetura original, preservando as qualidades do projeto de Oscar Niemeyer, sobretudo a amplitude de espaço e a leveza do edifício.

Mantém-se a característica de um espaço aberto, o que favorece a apreciação das obras expostas e a versatilidade na montagem de exposições. No entanto, se o espírito inicial era de um grande pavilhão livre e desimpedido de funções administrativas, o uso atual exige novos equipamentos.

O piso superior abrigará um centro de referência – a ser denominado Rossini Tavares de Lima –, com biblioteca e videoteca; uma reserva técnica para o acondicionamento de obras fora de exposição; escritórios administrativos; e área expositiva de 3.900 metros quadrados, incluindo uma área climatizada de 530 metros quadrados.

O piso térreo terá área expositiva de 2.200 metros quadrados; um auditório de 152 lugares, preparado tanto para aulas e seminários quanto para apresentações de música, dança e folguedos; duas oficinas no total de 300 metros quadrados, uma cafeteria com mesas na área externa, com visão do lago; e uma pequena loja. Uma escada e um elevador farão a ligação entre os dois pisos, com o objetivo de melhorar a acessibilidade para o público e facilitar o transporte de obras de arte.



PURAS MISTURAS

Esta exposição anuncia a futura instalação do Pavilhão das Culturas Brasileiras no último prédio do Parque Ibirapuera que ainda era ocupado por escritórios administrativos, marcando assim a retomada da vocação cultural de todos os equipamentos do principal parque da cidade.

A decisão da Secretaria Municipal de Cultura de instalar no edifício o Pavilhão das Culturas Brasileiras pretende dar visibilidade às preciosas coleções reunidas pela Missão de Pesquisas Folclóricas, empreendida em 1938 por Mário de Andrade, e pelo Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima, que ocupava o prédio da Oca até 1999, ambas pertencentes à municipalidade. E pretende, sobretudo, atualizar os esforços notáveis desses e outros intelectuais na promoção das expressões artísticas e culturais de nosso povo.

Em cerca de 2.500 m², a exposição Puras Misturas situa a iniciativa na história cultural do país e antecipa, em pequena dose, alguns dos temas, conteúdos e ações concebidos para a nova instituição. A mostra propõe transcender as categorias de arte erudita e popular, reconhecendo e evidenciando os diálogos entre elas. Através de cortes transversais que aproximam e contrapõem diferentes linguagens e formas de criação cultural vindos de tempos, lugares do país e meios sociais distantes, entre as culturas letradas e iletradas, cultas e populares, mostramos como ambas se alimentam mutuamente, num processo permanente e dinâmico de recriação e resignificação, que acaba por tornar equívoca a própria oposição entre essas duas esferas.

Tomamos emprestada a expressão "puras misturas", cunhada pelo escritor João Guimarães Rosa, porque essa expressão paradoxal e contraditória expressa com poesia a trama que constitui a força maior da cultura brasileira.

Vista da exposição com obras de autor desconhecido, Paulo Laender e Luiz Hermans
Foto: Mariana Chama



José Maurício dos Santos, Navio de flandres, 2009
Foto: Mariana Chama



VIVA A DIFERENÇA!

A exposição começa com uma instalação que pode ser tocada e usada pelas pessoas. Ela traz banquinhos de várias procedências. Os indígenas, feitos em uma só peça de madeira, seguem formatos e grafismos plenos de significados que atravessam gerações. Os bancos populares, muitos de autoria anônima, trabalham com materiais que estão à mão na comunidade em que vivem seus artesãos e tantas vezes encerram valiosas lições de conforto ergonômico e de uso apropriado de matérias-primas. Já os concebidos por designers da atualidade em alguns casos bebem direto da lição popular; em outros, reinventam o sentar num léxico contemporâneo. Ao expô-los em conjunto, queremos celebrar a diversidade da cultura brasileira.



Paulo Cesar de Jesus, Carrinho de café, 2009
Foto: Mariana Chama

Paulo Cesar de Jesus, Carrinho de café, 2009
Foto: Mariana Chama

Manifestação folclórica no Parque Ibirapuera, 1954
Acervo DPH, Secretaria Municipal de Cultura



Exposição A Mão do Povo Brasileiro, Masp, 1969
Acervo Instituto Lina Bo e P.M. Bardil
Foto: Hans Fleg/acervo IMS



Ao lado e abaixo, fotos da Missão de Pesquisas Folclóricas, 1938
Acervo CCSP, Secretaria Municipal de Cultura



DA MISSÃO À MISSÃO

Muito já foi feito em nosso país com o objetivo de valorizar e dar a conhecer as culturas do povo. Num painel contínuo de 180 metros de comprimento, este módulo pontua algumas dessas iniciativas, fundamentais para chegarmos até aqui e agora.

A linha do tempo tem início em 1938 com a Missão de Pesquisas Folclóricas, considerada a ação seminal de busca de inventário, valorização e difusão das culturas do povo brasileiro. A partir dela, desdobram-se realizações do movimento folclórico brasileiro, especialmente de Rossini Tavares de Lima, e destacam-se atuações de nomes como Aloisio Magalhães, Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Janete Costa, Lélia Coelho Frota e Lina Bo Bardi.

O século 21 está presente com o registro dos bens do patrimônio imaterial brasileiro e com um fato novo na cena cultural: as ações de protagonismo dos moradores das periferias.



Milton Guran, Luta Uka-uka, 1978



Victor Brecheret, Luta de índios Kolapelo, 1951
Coleção MAC USP
Foto: Romulo Fiadini



Imães Campana, Cadeira Multidão, 2004
Foto: Luis Calazans

FRAGMENTOS DE UM DIÁLOGO

Este módulo propositivo sobre a futura programação do Pavilhão das Culturas Brasileiras reúne obras de artistas populares, indígenas, urbanos, eruditos, enfim, brasileiros de todo tipo, em fragmentos pinçados aqui e acolá de diálogos criativos. As obras são organizadas ao redor de temas em que diferentes culturas brasileiras não só podem dialogar, mas também se comparar, se reconhecer, se misturar e se reinventar, sem deixar de serem, sempre, brasileiras. A exposição tem caráter assumidamente fragmentário, como amostras de exposições a serem desenvolvidas pela instituição posteriormente.

Vista da exposição com obras de José Antônio da Silva, Ze do Chalé e Rubem Valentim
Foto: Mariana Chama

